

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Licenciatura em Ciências Sociais

FILIPE CAMPELLO DA ROSA

**“A UBERIZAÇÃO VAI CHEGAR EM VOCÊ”: condições de trabalho dos profissionais
da educação nas plataformas de aula particular no Brasil**

Porto Alegre

2023

FILIPE CAMPELLO DA ROSA

“A UBERIZAÇÃO VAI CHEGAR EM VOCÊ”: condições de trabalho dos profissionais da educação nas plataformas de aula particular no Brasil

Trabalho de Conclusão submetido ao curso de graduação em Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais. Professor responsável: Doutor Pablo Tibor Quintero Mansilla

Porto Alegre

2023

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de dedicar este trabalho de conclusão de curso para minha mãe, Itamê. Posso afirmar com toda certeza que sem seu apoio, confiança, incentivo, afeto, ternura e muita sabedoria de vida, eu jamais teria ingressado na UFRGS. Lembra do nosso acordo lá em 2018, mãe? Olha onde nós chegamos!!

Gostaria também de agradecer imensamente ao meu pai, Alexandre, por me ensinar desde minha infância o espírito da revolta, da transgressão e do questionamento, algo que nenhum livro teórico te ensina e que é fundamental para ter coragem de mudar o mundo.

Outro agradecimento especial vai para minha companheira, Isadora. Durante esses quase cinco longos anos de graduação, estive ao meu lado nos bons e maus momentos, segurando minha mão e deixando meu coração tranquilo.

Dentro da universidade, agradeço imensamente à professora Thays Mossi e ao professor Pablo Quintero. A Thays, por ter acreditado na minha ideia inicial e ter me ajudado muito a construir o projeto que deu origem a esta pesquisa. A Pablo, por ter acreditado na minha capacidade e por ter sido um excelente orientador.

Por último, mas não menos importante. Quero deixar aqui um grande beijo a todos os meus amigos e amigas, que me acompanharam e torceram por mim nesta jornada. Quem tem amigo, tem tudo!

*“Até bem pouco tempo atrás,
Poderíamos mudar o mundo.
Quem roubou nossa coragem?”*

Legião Urbana, Quando o sol bater na janela do teu quarto

RESUMO

Esta pesquisa se insere nos estudos sobre condições de trabalho docente e uberização do trabalho. Tem como objetivo analisar as condições de trabalho dos professores e professoras que lecionam em plataformas de aula particular no Brasil, contribuir para a identificação do perfil sócio-profissional destes docentes e, por fim, propor um terceiro caminho de definição das categorias “flexibilização”, “uberização” e “plataformização”. Para isto, foram realizadas sete entrevistas semi-estruturadas com docentes que lecionam em plataformas de aula particular, buscando compreender se o surgimento destas plataformas produziu neste universo de ensino um aumento da informalidade e da precarização.

Palavras-chave: Educação; Condições de trabalho docente; Plataformas de aula particular; Uberização; Neoliberalismo

ÍNDICE

INTRODUÇÃO:	6
CAPÍTULO 1: As duas frentes de ação do capital na educação básica: entre a flexibilização, a uberização e a plataformização	9
CAPÍTULO 2: Educação, plataformas e condições de trabalho: reflexões dos docentes entrevistados	20
-2.1: perfil, formação profissional e trajetória docente.....	21
-2.2: motivações para o ingresso nas plataformas.....	25
-2.3: condições de trabalho e funcionamento das plataformas.....	28
-2.4: reflexões dos entrevistados sobre plataformas e educação.....	40
CAPÍTULO 3: E aí, flexibilização, uberização ou plataformização?.....	49
-3.1: perfil, formação profissional e trajetória docente.....	49
-3.2: motivações para o ingresso nas plataformas.....	53
-3.3: condições de trabalho e funcionamento das plataformas.....	56
-3.4: reflexões dos entrevistados sobre plataformas e educação.....	67
CONCLUSÕES:	72
BIBLIOGRAFIA:	76

INTRODUÇÃO

Desde meu ingresso na graduação no curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFRGS, em 2019, tenho percebido o neoliberalismo, o empreendedorismo e a uberização como temas urgentes de serem estudados. Os tentáculos do capital vêm avançando a passos largos em direção ao aumento da precarização, da exploração, da extração da mais-valia e, conseqüentemente, do aumento do lucro (ANTUNES, 2018). Isso é nítido quando andamos na rua e vemos o asfalto preenchido de mochilas grandes e coloridas, com trabalhadores as carregando de moto, de bicicleta, a pé, ou até em cadeira de rodas (UOL, 2020). Mas esse aumento da exploração e do sofrimento humano não vem acompanhados de silêncio, omissão e obediência, mas sim de muita luta e resistência. Em 2020 os entregadores de aplicativo fizeram história, com greves nacionais, chamadas de “breque dos apps”, reivindicando aumento do valor da taxa mínima de entrega, fim dos bloqueios indevidos e reativação dos cadastros que foram indevidamente bloqueados (ESQUINAS, 2020). Neste período, um entregador de aplicativo se destacou como líder político e, em minha opinião, como intelectual: Paulo Lima, mais conhecido como Galo, hoje líder dos entregadores antifascistas.

Desde o chamado “breque dos apps”, passei a acompanhar Galo nas redes, assim como o movimento dos entregadores antifascistas como um todo. Em certo dia, Galo deu uma entrevista para a revista Fórum, e disse a seguinte frase: “nossa luta tem a ver com você. A uberização do trabalho é global, como foi a revolução industrial. A uberização vai chegar em você” (REVISTA FÓRUM, 2020). Quando li este trecho da entrevista, fiquei chocado, pensando: como a uberização vai chegar em mim? Já que quero ser professor, me perguntei: como a uberização vai chegar na docência? Será que já chegou? O quanto já chegou? Foram estas perguntas e inquietações que me trouxeram até aqui, neste trabalho de conclusão.

De início, decidi que eu iria mapear as tentativas de uberização/plataformização que a docência já sofreu ou está sofrendo até então. A realidade que encontrei me assustou. Dentro da esfera da educação básica, já houveram algumas tentativas de plataformização do trabalho docente – algo que descreverei com mais detalhes no primeiro capítulo –, mas nenhuma delas conseguiu operar de fato, apesar de os regimes de contrato dos professores e professoras da educação básica estarem cada vez mais flexibilizados e precarizados. Entretanto, atualmente,

só em uma das outras 14 plataformas que oferecem aula particular, a Superprof, já existem 252 mil professores e professoras cadastrados (VIEIRA, 2021).

Este dado me fez ter a certeza de que a uberização do trabalho docente está chegando, e começou com o universo das aulas particulares. Nesse sentido, meu objeto de pesquisa será este universo da docência. Na tentativa de contribuir para este campo de estudo, e para essa luta mais que urgente, mergulhei nas bibliografias que tratavam da uberização em outros universos do mundo do trabalho, com o objetivo de tentar perceber similaridades e diferenças com o processo de uberização que a docência está sofrendo (WEISS, 2022). Ao fazer isto, me deparei com um imenso debate acerca da categoria que deveria ser usada para dar conta de explicar este processo sistemático de produção de informalidade e precarização do trabalho que estamos vivendo. Uberização, flexibilização e plataformização são as três categorias que os autores e autoras utilizam, porém, cada grupo de teóricos usa de forma diferente essas categorias, bem como estabelece relações diferentes entre elas.

De fato, construir uma categoria para dar conta de explicar um processo tão complexo como este não é tarefa fácil. Além de ser um fenômeno recente, a dificuldade de criar categorias que abarquem a realidade do processo de precarização e produção de informalidade reside justamente no fato de que o próprio fenômeno é instável e cambiante. Como enquadrar de forma sociologicamente satisfatória um fenômeno que possui uma instabilidade maior do que os fenômenos do passado, que estávamos acostumados? Esta dificuldade, inclusive, é explicitada por Abílio, Amorim e Grohman (2021), quando dizem: “A tese que nos orienta é a de que a dificuldade reside menos na escolha de um bom nome e mais nessa perda de formas estáveis e materialmente localizáveis dos meios de controle e gerenciamento do trabalho” (ABÍLIO, AMORIM, GROHMAN, 2021, P. 31).

O que temos então até aqui é: de um lado, o avanço da introdução de plataformas que gerem a demanda por aulas particulares no Brasil, e, de outro, um extenso debate teórico sobre que categorias poderiam nos garantir um entendimento mais complexo e sofisticado das transformações que o trabalho vem sofrendo. Nesse sentido, este projeto de TCC se encontra entre esses dois possíveis problemas sócio-antropológicos. Pretende analisar as condições de trabalho que os professores e professoras que dão aula em plataformas de aula particular possuem, bem como suas relações com essas plataformas, para, a partir dos resultados, problematizar as categorias de plataformização e uberização, comumente utilizadas para explicar as transformações sofridas pelo trabalho no neoliberalismo. Isto será feito a partir da seguinte pergunta de pesquisa: como as categorias “uberização”, “flexibilização” e

“plataformização” possibilitam analisar as condições de trabalho dos docentes que dão aula em plataformas de aula particular no Brasil?

Para respondê-la, organizei este trabalho de conclusão de curso em três capítulos. No primeiro, o foco é contextualizar sócio-historicamente o universo empírico desta pesquisa: as aulas particulares e o surgimento de plataformas de aula particular. Para isso, será apresentada a literatura já consolidada sobre a ascensão do neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a uberização do trabalho, bem como o impacto destes três processos no contexto educacional brasileiro. Em seguida, me debruçarei nos estudos que tratam especificamente sobre as plataformas de aula particular, apresentando suas potencialidades e também suas lacunas. No final, apresento as discussões teóricas sobre as categorias de uberização, flexibilização e plataformização. No segundo capítulo, trato de expor todos os dados que coletei através de sete entrevistas semi-estruturadas realizadas com docentes que trabalham em plataformas de aula particular. Organizei a exposição dos dados através dos seguintes eixos temáticos: Eixo 1 (Seção 2.1) – perfil, formação profissional e trajetória docente, Eixo 2 (Seção 2.2) – motivações para o ingresso nas plataformas, Eixo 3 (Seção 2.3) – condições de trabalho e funcionamento das plataformas e Eixo 4 (Seção 2.4) – reflexões dos entrevistados sobre plataformas e educação.

Finalmente, no terceiro e último capítulo, realizo a análise de todos os dados coletados, buscando conectá-los às discussões teóricas e às pesquisas já produzidas sobre as plataformas de aula particular.

Para um fim de introdução, e ponta pé inicial do capítulo I, a questão que fica por agora é: por que focar nas condições de trabalho dos professores e professoras que trabalham em plataformas de aula particular no Brasil? Acredito que para responder a esta pergunta, preciso apresentar o caminho das reflexões que tenho feito até aqui. Vamos a ele!

CAPÍTULO 1

As duas frentes de ação do capital na educação básica: entre a flexibilização, a uberização e a plataformização

O primeiro passo é entender o fenômeno geral, ou seja, compreender em que contexto sócio-histórico mais amplo o nosso objeto de estudo está inserido. No caso do universo das aulas particulares, e sua relação com a plataformização, o contexto mais amplo se traduz na ascensão e desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil e no mundo, através da flexibilização, precarização, uberização e/ou plataformização dos regimes jurídicos de contrato e condições de trabalho, legitimados pela ideologia do empreendedorismo – as disputas e diferentes perspectivas acerca do sentido de cada categoria será algo tratado mais à diante neste capítulo.

De qualquer maneira, o fato é: ainda ha uma grande disputa no campo científico quanto a criação e solidificação de categorias para analisar as transformações que o trabalho vem sofrendo com o desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil. Entretanto, o que nos interessa aqui, neste início, são as transformações em si. Independentemente da discussão teórica sobre as categorias de flexibilização, uberização e plataformização, já existe uma literatura consolidada para discorrer um pouco sobre o que é este processo mais geral na qual a discussão das categorias está inserida. Em resumo, o que temos presenciado é o seguinte: segundo Ricardo Antunes (2013), no artigo “Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho”, o neoliberalismo diz respeito à uma nova maneira de organizar a economia, a política e a ideologia para se adequar às demandas por lucro que a crise taylorismo-fordismo gerou a partir de 1970. Em resumo, trata-se de uma nova roupagem política, econômica e ideológica do capitalismo, que surge na década de 70, torna-se hegemônico na década de 90 e perdura até hoje.

Entretanto, vale lembrar, no Brasil, um país da periferia do sistema capitalista (MARINI, 2017), a ascensão e a instauração do neoliberalismo ocorreu um pouco depois do que nos países centrais do sistema. Neles, o processo de neoliberalização da economia e da sociedade se iniciou na década de 70 e 90, como já foi sinalizado. Entretanto, nos países periféricos, como o Brasil, se iniciou na década de 90 e 2000 (ANTUNES, 2018).

Dentro da esfera da economia e do trabalho, que é a que nos interessa aqui, esta nova maneira de organizar a produção, surgida com a ascensão do neoliberalismo, é muito marcada pela produção sistemática de informalidade e de trabalho sob demanda. Este processo, esta

nova lógica produtiva, é fundamental para a manutenção das taxas de lucro dos capitalistas, que, em momentos de queda, como na década de 1970, depende em grande parte do aumento da extração de mais-valia (NETTO, 2017). Nesse sentido retirar do trabalhador sua estabilidade, o acesso à direitos da carteira de trabalho e previdência social e, aos poucos, instaurar o modelo de trabalho por demanda (OLIVEIRA, DEL PINO, ACCORSSI, 2022) diminui o custo do capitalista com a sua mão de obra, aumentando seu lucro, além de dificultar a organização política dos trabalhadores.

Neste cenário, o capital atua, em resumo, em duas frentes para produzir e ampliar a informalidade e a precarização: de um lado, flexibilizando os regimes de contrato e as condições de trabalho dos trabalhos que já estão consolidados, com direito aos direitos que a carteira de trabalho oferece, e, ao mesmo tempo, criando plataformas para gerir e controlar a procura de trabalhos que possuem um formato mais adequável ao estilo do trabalho sob demanda, como é o caso dos serviços de delivery.

Neste cenário mais amplo, onde e como os professores e professoras se encontram? Sofrendo os impactos das ações do capital nas duas frentes: na educação básica, que possui um modelo de trabalho já consolidado e que não se adéqua tão facilmente ao estilo de trabalho sob demanda, e no universo das aulas particulares, um formato de trabalho que nunca foi formalizado e que se encaixa muito mais facilmente no estilo de trabalho sob demanda plataformizado.

Apesar de aparentemente não parecer, estes dois universos da educação estão extremamente conectados, já que, por exemplo, a precarização do trabalho na educação básica leva os professores e professoras a ver uma alternativa no universo das aulas particulares, que, por sua vez, estará cada vez mais subordinado a plataformas (MOURA, MENDES, AQUINO, 2022). Em função dessa triste conexão, se faz necessário entender como anda a precarização da educação básica para entender como andam as tentativas de plataformização do universo das aulas particulares, nosso real objeto de estudo.

Alguns poucos exemplos já me parecem necessários para demonstrar em qual estado de encontra o processo de precarização dos regimes e contrato e condições de trabalho na educação básica: segundo Moura, Mendes Segundo e Aquino (2022), o número de professores e professoras da educação básica contratados através da modalidade temporária chega a quase um milhão, tendo aumentado de 37% para 41% de 2011 a 2015. Esta modalidade temporária consiste na contratação de um professor “por um tempo determinado em prol do atendimento da necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme a constituição federal” (MOURA, MENDES, AQUINO, 2022, p. 6). Além disso, os

regimes de contratação de professores não estão seguindo as recomendações do Plano Nacional de Educação (PNE). Este recomenda que 90% das vagas sejam destinadas aos concursados/efetivados e apenas 10% para os contratos temporários. O que está ocorrendo é: 70% aos concursados/efetivados e 30% para os contratos temporários, chegando em alguns estados a 40% (MOURA, MENDES, AQUINO, 2022).

Outros estudos também apresentam este processo sistemático de flexibilização dos regimes de contrato. Venco (2019) nos mostra como este processo ocorreu no estado de São Paulo. Segundo a autora, em 2003, São Paulo tinha 130.000 professores e professoras efetivados e 82.000 professoras e professores não efetivados. Em 2017, a lógica se inverte e se intensifica: temos 70.000 professores e professoras efetivados e 130.000 professores e professoras não efetivados.

Além desta crescente precarização dos regimes de contrato, já se vem tentando plataformizar o trabalho docente na educação básica. Felizmente, nenhuma plataforma que gere a demanda por aulas no ensino básico está ativa hoje, mas o fato de terem aparecido e tentado operar já é preocupante por si só. Abaixo vão algumas das tentativas de plataformizar a demanda por professores e professoras no ensino básico: segundo Oliveira, Del Pino e Accorssi (2022), em 2020 uma startup de São Paulo abriu um edital simplificado para cadastramento de professores e professoras. Após o cadastro, os docentes seriam requisitados na plataforma para serem professores substitutos à medida que as redes privadas e públicas de ensino demandassem. Além disso, em 2017 na cidade de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, o prefeito Duarte Nogueira criou um projeto de lei para oficializar a contratação de professores e professoras por demanda do município. O projeto ficou conhecido como “Uber da Educação” ou “Professor Delivery”, nome dado pelo próprio partido do prefeito (PSDB) em seu site (PSDB, 2017, p. 1). Outra tentativa de plataformizar o trabalho docente que é importante ressaltar surgiu a partir de uma startup educacional inserida no Parque Tecnológico de São José do Rio Preto, em São Paulo. Chamada de “Prof-e”¹, a plataforma tinha como objetivo, em suas próprias palavras, “resolver as maiores dores de gestores educacionais: as aulas vagas e capacitação docentes” (TRAMONTE, TRAMONTE, 2019). Em resumo, era uma plataforma destinada ao cadastro de professores e professoras. Após o cadastro, os docentes atuariam no ensino básico sob demanda.

¹ Contatei os desenvolvedores desta plataforma, com o objetivo de entender porque havia poucas informações sobre ela na internet. Uma das desenvolvedoras me retornou, dizendo que o projeto havia se encerrado por motivos pessoais.

Agora que já vimos como vem ocorrendo as ofensivas do capital na educação básica, nos resta partirmos para o universo das aulas particulares, o nosso real objeto de pesquisa. Lopes (2021) produziu um levantamento das plataformas de aulas particulares que operam hoje no Brasil, bem como o valor da hora/aula que os professores e professoras de sociologia cobram em cada plataforma. Temos as seguintes: Corujito, Beved, Superprof, Profes, Udemy, TutorMundi, Preply, Meu Professor Particular, Professores de Plantão, SuasAulas, AulaUP, Apprise, Luma, Colmeia, Shapp e GetNinjas. Dessas plataformas, Vieira (2021) mapeou a quantidade de professores e professoras que trabalham na Superprof, segundo ele a maior em atividade no Brasil. Ainda de acordo com o autor, a Superprof é uma empresa francesa que atua em 37 países diferentes e possui 17 milhões de perfis cadastrados, sendo no Brasil 252 mil. Além disso, o estudo mapeou em que regiões do Brasil estes professores e professoras se encontram. Em resumo, a grande maioria deles nas regiões sudeste e sul.

Estes dados são importantes para começarmos a identificar quem são os professores e professoras que trabalham hoje no Brasil com plataformas de aula particular, bem como suas condições de trabalho. O que, por sua vez, é fundamental para termos uma base empírica na hora de problematizar os sentidos até o momento dados as categorias de uberização, plataformização e flexibilização. Ressalto minha surpresa com o número de cadastros na superprof: 252 mil (VIEIRA, 2021, p. 10). Além de já ser um número alto, diz respeito a apenas uma das outras 15 plataformas de aulas particulares ou que oferecem este “serviço”. Talvez este dado possa ser um indicativo de que a plataformização da docência já está mais avançada do que imaginamos, o que faz com que seja ainda mais necessário e urgente entendermos até que ponto a plataformização da docência impacta o trabalho do professor no Brasil hoje.

Outro ponto fundamental para conseguirmos alcançar este entendimento é o estudo sobre como as plataformas operam, moldando o trabalho docente. Voltando a Lopes (2021), em uma parte da sua pesquisa, realiza um mapeamento das maneiras como as plataformas operam, ou seja, como lucram e como se relacionam com o trabalhador docente. Dois tipos de funcionamento são os principais: no primeiro, a plataforma nada mais é do que um “quadro de anúncios”. Neste formato, o professor e professora pagam para que a plataforma divulgue seu perfil. Em contrapartida, a plataforma não fica com nenhuma comissão de uma possível aula realizada, e nem se responsabiliza com o pagamento. É tarefa do professor e do aluno acertarem as contas, por fora da plataforma.

O segundo modelo é o ganho das plataformas por comissão nas aulas dadas pelos professores e professoras. Aqui, o cadastro é gratuito, bem como o anúncio, mas uma parte do

valor arrecadado pelo professor em sua aula fica com a plataforma. Por isso, ela se responsabiliza pela intermediação entre o professor (a) e o aluno (a) quando o assunto é o pagamento. Além desta questão, as plataformas precisam necessariamente que os professores e professoras consigam alunos, já que lucram com a comissão. Por isso, possuem uma preocupação maior em relação a imagem do professor, bem como sobre a segurança no pagamento das aulas.

Estes dois modelos possuem vantagens e desvantagens para o professor e professora. E essas vantagens e desvantagens é que vão moldar as estratégias e normas de conduta que os trabalhadores da educação tomarão e assumirão ao longo de seu trabalho. Neste sentido, este é um fator que precisa ser considerado dentro de uma pesquisa que se pretende entender as condições de trabalho dos professores e professoras que dão aula em plataformas de aula particular.

Agora que já conhecemos o movimento sócio-histórico mais geral do universo em que as plataformas de aula particular está inserido, vamos finalmente responder à pergunta que deu início a este capítulo. Vimos até então que a plataformização da docência já começou a ocorrer dentro do universo das aulas particulares. Portanto, se o objetivo da pesquisa é focar nesse universo, mais precisamente as condições de trabalho dos professores nas plataformas, é necessário conhecermos minimamente o perfil desses professores e professoras. Duas pesquisas aqui são fundamentais: a de Lopes (2021) e a Schaefer (2020). Vamos a elas.

O primeiro estudo é de Lopes (2021), que já citei acima quando fui apresentar as plataformas que operam hoje no Brasil. O objetivo do estudo do autor foi buscar entender que variáveis elencadas por ele influenciavam no valor hora/aula que cada professor e professora de sociologia oferecia aos alunos e alunas na plataforma. Para isto, realizou um mapeamento do perfil desses professores: vinte e oito docentes de sociologia responderam ao questionário. Nesta tabela, estão presentes os resultados:

Primeira Graduação	Estado	Nível de Escolaridade	Sexo	Profissões Paralelas
História (10)	SC (1)	Doutorado (4)	Masculino (15)	Professor (8)
Ciências Sociais (9)	PR (2)	Pós-Graduação (8)	Feminino (13)	Pesquisador (1)
Administração (1)	SP (11)	Graduação (11)		Analista de atendimento (1)
Direito (3)	BA (2)	Graduando (2)		Analista de Direito (1)
Psicologia (1)	RJ (3)	Mestrando (1)		Advogado (1)
Música (1)	RN (2)	Nenhuma (2)		Não Informado (16)
Filosofia (1)	PA (1)			
Não informado (2)	MA (1)			
	MG (4)			
	RS (1)			

Tabela 1: Perfil dos professores de sociologia em Lopes (2021)

Deste quadro tiramos algumas conclusões: assim como no estudo de Vieira (2021), no de Lopes (2021) foi possível ver que a grande maioria dos entrevistados reside na região sudeste do Brasil. Além disso, podemos perceber também que uma parte considerável desses 28 professores e professoras que lecionam sociologia nas plataformas não tem como primeira graduação as ciências sociais, o que mostra uma repetição do que ocorre com os professores e professoras de sociologia no ensino básico (MOCELIN, RAIZER, 2014). Por último, é possível perceber também que, apesar dos 16 “não informados” os demais professores e professoras possuem outra fonte de renda além do trabalho na plataforma.

Por último, temos o estudo de Schaefer (2020) sobre as representações do trabalho docente em sites professores particulares. Para realizar esta pesquisa, assim como Lopes (2021), o autor realizou um mapeamento dos perfis de docentes – não só de sociologia – que davam aula particular nas plataformas profes e superprof. Entretanto, apenas 11 professores e professoras responderam ao questionário. As 11 pessoas se declararam brancas, com idade entre 19 e 38 anos, sendo 6 mulheres e 5 homens, com renda familiar de 4 a 10 salários mínimos. Apenas um dos onze não possuía graduação completa e a maioria afirmou ter algum tipo de pós-graduação. Além disso, oito dos onze utilizam o trabalho das plataformas para

complementar renda, dois dos onze para aumentar a experiência como docente e um para divulgar conhecimento. Por fim, há grande variação de horas que cada professor destina para planejamento de aulas, variando de zero a trinta.

Para complementar os questionários, Schaefer (2020) realizou duas entrevistas semi estruturadas com dois professores que haviam respondido ao questionário. São eles: Thiago, mestrando em matemática, e Lucas, doutorando em história. Uma das questões mais interessantes de se analisar nestas entrevistas são as mudanças na remuneração recebida por cada um nas plataformas de acordo com as disciplinas que dão. Enquanto Thiago (Matemática) tem alunos e alunas fixos e alguns avulsos, Lucas (História) está inscrito na Superprof desde 2018 e até então não recebeu nenhum contato. Atribui este fato a não querer ter uma conta paga na plataforma, algo que o daria mais visibilidade, e, principalmente, de acreditar que a história é uma área não muito prestigiada.

Desses dois últimos artigos que citei, podemos tirar algumas conclusões: Lopes (2021) produziu uma pesquisa que teve uma amostra um pouco maior que a Schaefer (2020), entretanto, abarcou apenas os professores e professoras de sociologia. Isso significa que poderíamos generalizar seus resultados no máximo até as outras disciplinas das humanidades, pois, como fica evidente nas entrevistas realizadas por Schaefer (2020), a disciplina que o professor ou professora oferece ter maior ou menor prestígio social impacta diretamente na procura por aulas. Além disso, a pesquisa de Lopes (2021) não inclui como uma das variáveis o fator racial, que penso ser crucial para a análise de qualquer fenômeno social no Brasil, dado o caráter estruturante do racismo na sociedade brasileira (ALMEIDA, 2019). Ainda sobre Lopes (2021), creio que a inclusão de métodos qualitativos, como entrevistas com os professores e professoras, aumentariam a possibilidade de se entender as motivações dos docentes no oferecimento de tal valor aula/aula.

Sobre Schaefer (2020): a união de métodos quantitativos e qualitativos, a introdução do fator racial no questionário, bem como a extensão da análise para todas as disciplinas torna sua pesquisa bem mais completa. O grande problema, no seu caso, foi uma amostra bastante reduzida, algo que o próprio autor cita no decorrer do texto.

Neste sentido, temos algumas lacunas que precisam ser preenchidas: como vimos, apenas na superprof existem 252 mil cadastros de professores e professoras (VIEIRA, 2021). No entanto, apenas 39 docentes que trabalham nestas plataformas (28 de Lopes (2021) e 11 de Schaefer (2020)) foram consultados, sendo 28 deles apenas em sociologia. Por mais que estas pesquisas já nos ofereçam alguns elementos para traçarmos os perfis sócio-profissionais dos professores e professoras que trabalham em plataformas de aula particular, bem como suas

condições de trabalho, penso ser insuficientes para afirmarmos que conhecemos quem são esses trabalhadores da educação e em que condições estão trabalhando.

Além disso, as pesquisas vistas até aqui focam muito em entender a relação entre plataforma e professores a partir da maneira como a plataforma reconfigura a docência, e não em como os docentes propriamente estão se relacionando e, quem sabe, resistindo a esta imposição das plataformas. Até então, vimos que a maneira como a plataforma opera molda o valor hora/aula oferecido pelos docentes, ou então vimos também qual é o perfil de professor que as plataformas querem, e de que maneira buscam moldar os docentes que aderem as plataformas. O que não vimos, entretanto, é a visão dos próprios professores sobre todo esse processo: porque foram parar nas plataformas, como são suas condições de trabalho, se já tinham um trabalho na docência consolidado anterior a plataformização, se percebem alguma mudança no conceito de educação que a plataformização acaba modelando, se preferem este modelo, se buscam fugir dele, qual a concepção que cada professor tem sobre educação, qual a possível relação entre essa concepção e a trajetória profissional anterior, qual o possível impacto do trabalho nas plataformas para tal concepção de educação e por aí vai.

O que percebo, portanto, são dois vazios: 1) poucos dados para afirmarmos que conhecemos o perfil sócio-profissional e as condições de trabalho dos professores e 2) a falta de pesquisas que escutem o que os professores tem a dizer sobre a plataformização, ou seja, estudos que foquem na agência dos trabalhadores docentes para entender a fundo suas condições de trabalho, as relações construídas com as plataformas, as concepções de educação e o impacto, positivo ou negativo, da entrada das plataformas em seu dia a dia como docente.

É justamente a partir destas duas lacunas que a investigação teórica deste trabalho de conclusão entra em cena. O preenchimento destas duas lacunas é fundamental para avançarmos no debate de fundo desta pesquisa: as definições de uberização, plataformização e flexibilização. E, agora, finalmente, explico de fato o porquê. Até o momento, identifiquei dois caminhos de interpretação das categorias uberização, plataformização e flexibilização: o primeiro entende a uberização como um processo, iniciado nos anos 1980, de produção sistemática de informalidade e precarização das condições de trabalho e dos regimes de contrato para o estabelecimento do trabalho sob demanda. Ou seja, a produção de informalidade nos regimes de contrato dos professores do ensino básico, que vem se tornando cada vez mais frequentes, pode ser pensado como um processo de uberização. A plataformização, por sua vez, seria o nome dado a um processo que se enquadra dentro da uberização: a criação de uma plataforma que gere a demanda e subordina os trabalhadores informais. A criação da plataforma, aqui, é vista como o auge, o ápice do processo de

uberização (ABÍLIO, AMORIM, GROHMANN, 2021; GROHMANN, 2020; ABÍLIO, 2019).

O segundo caminho pensa de maneira um pouco diferente. A flexibilização seria o processo, iniciado nos anos 1980, de produção sistemática de informalidade e a uberização, por sua vez, seria um aprimoramento da flexibilização do trabalho, que eleva a produção de informalidade a outro nível: o do trabalhador sob demanda, subordinado a um gerenciamento algorítmico. Entretanto, este processo que aqui é chamado de uberização não se restringe ao trabalho plataformizado, pois é um processo mais amplo, no qual as plataformas são uma das possibilidades de trabalho sob demanda subordinado a um gerenciamento algorítmico (ABÍLIO, 2020; DUARTE, 2020; DESGRANGES, 2021).

As duas trajetórias possíveis são bastante interessantes, e nos oferecem elementos para pensarmos as transformações do trabalho. Entretanto, ambos possuem limitações. Se seguirmos o primeiro caminho – dizer que a uberização é, na verdade, o processo sistemático de flexibilização e as plataformas são o auge deste processo – fica difícil de entender a diferença entre uberização e flexibilização. Se, por outro lado, seguimos o segundo caminho – dizer que a uberização é o aprimoramento da flexibilização, instaurando o trabalho sob demanda subordinado a um gerenciamento algorítmico – fica difícil entender a diferença entre uberização e plataformização, uma vez que não me vem à mente algum trabalho sob demanda subordinado pelo gerenciamento algorítmico que não seja plataformizado.

E é neste momento que esta pesquisa se faz importante: o entendimento das condições de trabalho dos professores e professoras que trabalham em plataformas de aula particular, nos dará uma base empírica para tentar propor um terceiro caminho de sentido das categorias. Este terceiro caminho seria o seguinte: todo trabalho uberizado é plataformizado, mas nem todo trabalho plataformizado é uberizado. Ou seja, entendemos aqui a uberização como um aprimoramento das estratégias e tecnologias capazes de produzir a flexibilização. Essas tecnologias são as plataformas, que produzem, nos trabalhos uberizados, condições de trabalho mais precárias e informais. Nesse sentido, todo trabalho que é considerado uberizado, está plataformizado, pois sofreu os impactos das tecnologias operadas pela uberização, que é a plataforma. Por outro lado, é possível que nem todo trabalho que é regido por plataformas tenha sofrido um processo de maior precarização e informalização ao ser plataformizado. E é esta a nossa hipótese central deste terceiro caminho. Caso existam trabalhos que não sofreram maior precarização ao passarem pela plataformização, os impasses gerados pelos dois outros caminhos estará resolvido, pois será possível realizar a devida distinção entre cada categoria: a flexibilização seria o processo de produção de informalidade e precarização iniciado nos

anos 80, a uberização seria o aprimoramento deste processo e a plataformização seria a introdução de uma plataforma para gerir a demanda de um trabalho, podendo ou não gerar o aumento da informalidade e precarização – este último ponto é o que vai definir se um trabalho plataformizado é uberizado ou é apenas flexibilizado.

Para averiguarmos se este terceiro caminho faz jus a realidade empírica, será estudado o processo de plataformização do universo das aulas particulares, bem como as condições de trabalho dos docentes deste universo, a fim de percebermos se a introdução de plataformas produziu maior informalidade e precarização nas condições de trabalho dos docentes do universo das aulas particulares no Brasil.

O próximo e último passo deste capítulo é definir o que é precarização e informalidade. Por um motivo muito simples: o objetivo empírico deste trabalho de conclusão é, em resumo, analisar as condições de trabalho dos docentes que trabalham em plataformas de aula particular. O objetivo teórico é compreender, a partir do empírico, se houve ou não um aumento da precarização e da informalidade no processo de plataformização do universo das aulas particulares. Ou seja, as categorias de informalidade e de precarização são centrais nesta pesquisa, pois serão o fio condutor da ida a campo, da análise dos dados coletados e da interpretação teórica destes dados. Por isso, definir mais precisamente o que são essas categorias se faz muito necessário. Vamos a isso.

Segundo Ricardo Antunes e Graça Druck (2015), precarização e informalidade não são sinônimos, entretanto, são categorias que hoje estão em sintonia, já que dificilmente encontramos trabalhos informais que não sejam precarizados, ao mesmo tempo em que podemos encontrar trabalhos que não sejam informais, mas que são precarizados. Por essas questões, a distinção se faz necessária. Nesse sentido, o que seria um trabalho informal? Um trabalho que, em resumo, não possui vínculos de contratação e regulamentação, “tal como se estruturou a relação capital e trabalho especialmente ao longo do século XX, sob a vigência taylorista-fordista” (ANTUNES, 2011, p. 417). Assim sendo, existem várias maneiras de atuar na informalidade: temos os “trabalhadores informais tradicionais” (ANTUNES, 2011, p. 408), que vão desde os que possuem tanto maior qualificação quanto os meios de produção para realizarem seus serviços (costureiras, pedreiros, jardineiros e por aí vai), até os trabalhadores que realizam trabalhos mais pautados pela força física e que exigem baixo nível de qualificação (carregadores, carroceiros, auxiliares de pedreiro e por aí vai). Há também neste grupo os “temporários”, caracterizado pelos trabalhadores que possuíam carteira de trabalho assinada, mas que perderam o emprego ou foram demitidos e estão realizando serviços independentes até garantirem um emprego novamente. Depois deste grupo temos os

“trabalhadores informais assalariados sem registro” (ANTUNES, 2011, p. 410), que basicamente são trabalhadores contratados por uma empresa, mas sem carteira de trabalho assinada. Por último, temos os “trabalhadores informais por conta própria” (ANTUNES, 2011, p. 410), que, basicamente, são trabalhadores que montaram um pequeno negócio e que, inclusive, podem até acabar contratando via carteira de trabalho assinada.

É possível que novos grupos de trabalhadores informais tenham surgido depois da publicação deste artigo de Antunes, em 2011. Entretanto, a identificação destes possíveis novos grupos é algo que só o processo de pesquisa pode nos suscitar, porque as categorias são resultado da tentativa de reproduzir idealmente o movimento real. É a realidade e seu movimento que define, primeiramente, as categorias, não o contrário (NETTO, 2011). Portanto, nos basta por enquanto esta noção sucinta da informalidade.

Por fim, quanto à precarização: diz mais respeito às condições de trabalho e de direitos, que podem ser precárias tanto no regime formal quanto no informal. Nesse sentido, quando se fala de precarização, está se falando do processo sistemático de retirada de direitos, diminuição dos salários, aumento das horas de trabalho, flexibilização dos regimes de contrato, terceirizações, tudo que diz respeito ao dia a dia do trabalho e as condições para o trabalhador realizá-lo (JORDÃO, STAMPA, 2015).

Agora que já navegamos pelo universo em que as plataformas de aula particular estão inseridas, que delimitamos o objeto a partir da identificação das duas lacunas, que já expomos as problematizações teóricas e que definimos os conceitos de precarização e informalidade, vamos à empiria para responder a pergunta deste trabalho de conclusão: como as categorias “uberização”, “flexibilização” e “plataformização” possibilitam analisar as condições de trabalho dos docentes que dão aula em plataformas de aula particular no Brasil?

CAPÍTULO 2

Educação, plataformas e condições de trabalho: reflexões dos docentes entrevistados

Antes de apresentar propriamente os dados coletados nas entrevistas, tenho algumas observações mais gerais a fazer. Realizei sete entrevistas no formato semi-estruturado, porém também com algumas perguntas de múltipla escolha. O roteiro ficou desta forma:

Pergunta 1	Como foi sua formação profissional e sua trajetória docente até aqui?
Pergunta 2	O que te levou a dar aula na plataforma X?
Pergunta 3	Como é sua rotina de trabalho na plataforma?
Pergunta 4	Como tu vê a chegada das plataformas de aula particular?
Pergunta 5	O que é educação pra ti? O que as plataformas de aula particular representam dentro dessa tua concepção?
Pergunta 6	Como é sua relação com o aluno da plataforma X em comparação com o aluno do lugar X?
Pergunta 7	A sua cor ou raça é: branca, preta, amarela, parda ou indígena?
Pergunta 8	Possui renda mensal de até quantos salários mínimos?
Pergunta 9	Qual seu gênero: homem cis, mulher cis, homem trans, mulher trans, não-binário ou outro?
Pergunta 10	Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

Tabela 2: Perguntas do roteiro para entrevistas semi-estruturadas

Meus objetivos com a primeira pergunta foram centralmente dois: 1) incentivar o entrevistado a se estender na resposta, garantindo que ele se sentisse mais à vontade para compartilhar suas experiências e opiniões durante toda a entrevista e 2) obter informações gerais de formação e trajetória profissional, garantindo aportar dados suficientes para adaptar as outras perguntas a essas informações gerais apresentadas pelo entrevistado.

Na segunda e terceira pergunta, tentei focar na compreensão das motivações dos entrevistados no uso da plataforma, bem como suas condições de trabalho. São questões que se complementam, pois entender as motivações para o ingresso na plataforma é fundamental para compreender até que ponto o sujeito se submete as suas dinâmicas, algo que moldará bastante como serão as suas condições de trabalho.

Na quarta e quinta pergunta, procurei incentivar o entrevistado a compartilhar suas opiniões e reflexões a respeito de um processo social no qual ele está fazendo parte: a flexibilização, uberização ou plataformação das aulas particulares no Brasil. A quarta pergunta tem como objetivo iniciar esta empreitada. Isto porque não especifico na pergunta se o entrevistado deve falar como a chegada das plataformas foi para a vida dele ou como ele vê essa chegada no contexto de educação mais geral. Ao não realizar essa especificação, abro a possibilidade do próprio entrevistado refletir sobre as duas esferas de antemão, o que pode propiciar uma resposta que já conecte sua experiência pessoal com o contexto sócio-histórico mais geral em que essa experiência está inserida. Após a pergunta 4, que já propicia uma reflexão para além da experiência pessoal, a quinta pergunta tem como foco avançar de vez para o debate mais geral sobre educação e plataformas, de maneira a compreender como o entrevistado pensa a educação e em que lugar as plataformas de aula particular se encontram dentro da concepção de educação apresentada.

Após incentivar o entrevistado a expor suas reflexões e opiniões sobre o debate mais geral, a sexta pergunta possibilita ao entrevistado voltar a compartilhar sobre sua experiência prática, porém agora a partir das reflexões previamente expostas sobre educação e plataformas. Esta conexão entre a experiência pessoal e processo social é necessária justamente para o que pretendo compreender a partir da sexta pergunta: o impacto da introdução das plataformas (processo social) na relação professor-aluno dos entrevistados (experiência pessoal).

Por fim, as perguntas sete, oito e nove são bastante objetivas, e tem como finalidade compreender o perfil social, racial e de gênero dos entrevistados. Já a questão 10, serve apenas como um fechamento da entrevista, para que o entrevistado se sinta a vontade para falar algo que tenha esquecido ou que não tenha sido contemplado nas perguntas.

Outro ponto importante neste primeiro momento é a explicação de como vou expor os dados coletados nas entrevistas. Optei pelos eixos temáticos. Serão quatro: Eixo 1 (Seção 2.1) – perfil, formação profissional e trajetória docente, Eixo 2 (Seção 2.2) – motivações para o ingresso nas plataformas, Eixo 3 (Seção 2.3) – condições de trabalho e funcionamento das plataformas e Eixo 4 (Seção 2.4) – reflexões dos entrevistados sobre plataformas e educação. O eixo 1 diz respeito as perguntas 1, 7, 8 e 9, o eixo 2 diz respeito à pergunta 2, o eixo 3 diz respeito a pergunta 3 e o eixo 4 diz respeito as perguntas 4, 5 e 6.

2.1: perfil, formação profissional e trajetória docente

Para facilitar a visualização e comparação de cada perfil dos entrevistados, de suas formações profissionais e de suas trajetórias docentes, redigi um pequeno resumo a respeito de cada um dos sete interlocutores.

Kaleb: Tem 30 anos. Identifica-se como um homem cis pardo. Possui renda de até 3 salários mínimos. Licenciado em física pela Universidade Federal do Amazonas. Bacharel em matemática pela mesma universidade. Concluiu a graduação em 2015. Antes de ingressar na pós-graduação, foi professor substituto da Universidade Federal do Amazonas, no instituto de matemática. Em 2016 iniciou o mestrado na Universidade Federal de Itajubá, na área de ensino de astronomia nas escolas públicas. Atuou como professor na rede estadual de Minas Gerais e no Instituto Federal Santos Dumont. Após o mestrado, seguiu lecionando no ensino básico até ingressar no doutorado na UFRGS, na área de ensino de física. Tem oito anos de experiência lecionando física na educação básica e matemática no ensino superior.

William: Tem 34 anos. Identifica-se como um homem cis negro - apesar de reconhecer a existência das categorias “preto” e “pardo”, crê que não se aplicam a sua trajetória pessoal. Possui renda entre 2 a 3 salários mínimos. Ex-militar da aeronáutica, William trabalhou em empresas como Seven Boys, Zero Hora e Arena do Grêmio, sempre no ramo administrativo. cursou processos gerenciais na FADERGS por um semestre. Depois ingressou na administração em outra faculdade que não informou. Após quatro semestres, saiu do curso. A partir de uma sugestão do padrasto, resolveu prestar vestibular para física na UFRGS. Queria fazer astrofísica, mas por necessidade de trabalhar, optou pela licenciatura em física, que tinha curso noturno. Acabou se identificando muito com o ensino no processo. Formou-se em licenciatura e hoje faz o bacharelado em física. Desde 2018, trabalhou como professor no estado, dando aulas particulares e gravando vídeos para seu canal no Youtube. Lecionou física e matemática no cursinho pré-vestibular popular PEAC e em alguns colégios particulares. Formou-se em 2022 na licenciatura. Hoje é contratado como professor do estado na mesma escola em que realizou seu estágio docente, além de trabalhar como professor particular na plataforma Superprof.

Guilherme: Tem 34 anos. Identifica-se como um homem cis pardo e possui renda de até sete salários mínimos. Em 2015, se formou em Engenharia Civil pela UFRGS. Em 2018, se tornou mestre em Hidráulica e mecânica dos fluídos, tornando-se doutor em 2022. Dá aulas desde a graduação. Possui dez anos de experiência com aulas particulares. Em 2019, se vinculou à plataforma Superprof, conseguindo volume significativo de aulas pela plataforma a partir de 2020, tornando-se embaixador. Atualmente, segue dando aulas através da Superprof, além de ser professor substituto de engenharia civil na UFRGS e estar cursando um pós-

doutorado em modelagem numérica na PUCRS. Na Superprof, leciona temas como mecânica dos fluidos, hidráulica e cálculo.

Nicolý: Tem 29 anos. Identifica-se como uma mulher cis branca. Possui renda mensal de 2 salários mínimos e meio. Mestre em Engenharia Química, hoje é doutorando em Engenharia de Materiais pela UFRGS. Em 2023, começou a cursar licenciatura em química. Descobriu-se como professora em 2018, dando aulas no cursinho popular Afirmação, que ainda faz parte. Em 2020, começou a dar aulas particulares após sua bolsa de mestrado acabar. A primeira plataforma que utilizou foi a Superprof. Hoje é cadastrada também nas plataformas Getninjas e Profes.

Stephani: Tem 26 anos. Identifica-se como uma mulher cis branca. Possui renda de 1 salário mínimo e meio. Em 2021, entrou na graduação de licenciatura em física. Começou a dar aulas na plataforma Superprof em 2022. No momento, está fazendo o PIBID, além de seguir dando aulas particulares pela plataforma.

Maria Eduarda: Tem 27 anos. Identifica-se como uma mulher cis branca. Possui renda de aproximadamente 5 salários mínimos. Formada em ciências biológicas na UFRGS em 2013, tendo sua primeira experiência docente no PIBID. Atualmente é doutoranda no laboratório de genética psiquiátrica. Dá aulas particulares na Superprof desde 2019. Deu sua primeira aula na plataforma durante a pandemia e hoje recebe aproximadamente dois pedidos de aula por semana.

Camila: Tem 27 anos. Identifica-se como uma mulher cis branca. Possui renda mensal de um salário mínimo. Formada em licenciatura em ciências sociais pela UFRGS. Terminou a graduação no início de 2020. Com o início na pandemia, acabou não conseguindo emprego na área, indo trabalhar numa livraria. Ao longo de 2020 se tornou professora de sociologia de um cursinho pré-vestibular popular, chamado Trans-Enem. Em agosto de 2020 saiu do seu emprego na livraria e ingressou no mestrado em educação. Em 2021, criou seu perfil na Superprof, oferecendo aulas de sociologia, de inglês e de revisão de trabalhos de conclusão de curso. Com o objetivo de ingressar no doutorado, atualmente dá aulas particulares de inglês regularmente, sendo sua fonte de renda principal.

A partir deste pequeno resumo do perfil, da trajetória profissional e formação docente de cada entrevistado, já podemos esboçar algumas conclusões. Primeiramente, dos sete entrevistados, cinco (Kaleb, William, Guilherme, Nicolý e Maria Eduarda) conheci através das plataformas de aula particular. As outras duas (Stephani e Camila) através de indicações. Entrevistei três homens cis e quatro mulheres cis. Dos três homens, dois se declararam pardos e um negro. Das quatro mulheres, todas se declararam brancas. Quanto à faixa etária, varia de

26 anos a 34 anos, sendo Stephani a mais nova e Guilherme e William os mais velhos. Dentro deste perfil etário, racial e de gênero, algumas informações são relevantes. A primeira é quanto a gênero. Apesar de os meus entrevistados serem majoritariamente formados por mulheres, tive uma grande dificuldade em contatá-las. À medida que fui contatando professores e professoras para participar da pesquisa, comecei a perceber que apenas homens estavam me respondendo. Não à toa, minhas três primeiras entrevistas foram com Kaleb, William e Guilherme. Logo que percebi essa disparidade nas respostas, passei a chamar apenas mulheres para participar, pois caso não as desse prioridade na convocação para as entrevistas, a chance dos meus entrevistados serem apenas homens era bastante grande, algo que não me garantiria um perfil diversificado de professores na pesquisa. Acredito que esta disparidade das respostas ocorreu pelo fato de eu ser um homem cis. É possível que esta minha condição tenha produzido nas mulheres com quem contatei certo receio em dar prosseguimento aos tramites da entrevista, algo que pode estar ligado às relações misóginas e patriarcais em que homens e mulheres são socializados no Brasil e em grande parte do mundo (SAFFIOTI, 2001).

Tendo sido este o motivo ou não, este dado é relevante na medida em que nos permite pensar o impacto que o perfil social, racial e de gênero do pesquisador tem no processo de pesquisa. O segundo ponto relevante é quanto à faixa etária: como já dito, grande parte dos professores e professoras que entrevistei, conheci através das plataformas de aula particular. Isso significa que passei bastante tempo navegando pelas plataformas em busca de contatos. O que pude perceber, pelo menos dentro das plataformas e das áreas de ensino em que naveguei, foi uma prevalência de professores e professoras de faixa etária um pouco mais jovem, como a faixa etária dos que entrevistei. Entretanto, havia alguns professores e professoras mais velhos, e fiz questão de contatá-los. No entanto, não obtive nenhuma resposta. Penso que este fato pode ser resultado de um conflito geracional entre mim e o professor ou professora, assim como pode ser resultado também de uma relação mais cautelosa e de suspeita, por parte de sujeitos mais idosos, com os contatos entre pessoas através de meios virtuais.

No quesito renda, há certa variação: de um a sete salários mínimos. Entretanto, parte considerável dos sete entrevistados está mais perto da faixa inferior (1 salário mínimo) do que da superior (7 salários mínimos). Isto é possível de comprovar realizando um cálculo de média aritmética básica: somando todas as quantidades de salários mínimos e dividindo pelo número de interlocutores, chegamos em uma média de 3,21 salários mínimos por entrevistado.

Quanto à formação profissional: dos sete entrevistados, dois (William e Stephani) estão cursando a graduação, três (Kaleb, Nicolý, Maria Eduarda) estão cursando o doutorado, um (Guilherme) está cursando o pós-doutorado e um (Camila) está momentaneamente fora da academia, porém já com o título de mestra. Também dos sete entrevistados, três são estudantes de física (Kaleb, William e Stephani), dois de engenharias (Guilherme e Nicolý), sendo uma civil e outra química, uma é estudante de ciências biológicas (Maria Eduarda) e uma é estudante de sociologia (Camila). O que se pode ver nestes dados, é uma prevalência das exatas em relação às humanas. Entretanto, creio que esta prevalência não seja apenas uma coincidência do grupo de professores e professoras que reuni, mas sim da própria dinâmica das aulas particulares e das plataformas, algo que discorrerei melhor no capítulo 3.

Por fim, quanto à trajetória docente, temos o seguinte: dos sete entrevistados, quatro (Kaleb, William, Maria Eduarda e Camila) possuem licenciatura nas suas devidas áreas, dois (Stephani e Nicolý) estão cursando a licenciatura e um (Guilherme) não possui. Mesmo que nem todos já sejam licenciados, todos os entrevistados, com exceção de Stephani, tiveram alguma experiência docente antes de ingressar nas plataformas de aula particular. No caso específico do Guilherme, que não possui e nem está cursando a licenciatura, seu contato inicial com a docência foi lecionando aulas particulares durante a graduação para seus colegas de curso e para estudantes de ensino médio que tinha contato.

O fato de seis dos sete entrevistados já ter trabalhado significativamente com docência antes, e hoje estarem presentes nas plataformas, já é um dado que pode nos indicar suas condições de trabalho, algo que ficará um pouco mais nítido na seção 2.2.

2.2: motivações para o ingresso nas plataformas

Quando perguntados sobre o que os levou a dar aulas nas plataformas de aula particular, Kaleb, Nicolý, Maria Eduarda, Stephani e Camila responderam o seguinte:

Kaleb: "Então, no Superprof na verdade eu já conhecia a plataforma há algum tempo. Só que nunca tinha experimentado a plataforma. A plataforma, comecei a utilizar ela recentemente (...) Fiz um cadastro, mas eu comecei a utilizar ela tem um pouco menos de dois meses. Eu tive um retorno com a plataforma Superprof. Assim, um aluno que eu tive por lá, que eu consegui por lá, recentemente. Por conta do doutorado, que eu sou bolsista né, ganho uma bolsa da capes. E aí para ter uma renda extra fiz um cadastro na plataforma. E aí resolvi tentar aulas particulares por lá".

Nicolý: "É, foi mais por necessidade e porque eu gosto de dar aula. Não posso dizer que foi só necessidade, senão eu poderia ter procurado outro emprego, até na minha área. Mas, é... eu gosto de dar aula, comecei em 2020, deu logo a pandemia, então

eu dava bastante aula remoto, então era fácil. E eu não sei como é que eu cheguei na Superprof, pra ser sincera assim”.

Maria Eduarda: “Eu me formei, entrei diretasso no mestrado assim. E a remuneração é muito ruim na pós-graduação né. E daí eu fiquei sempre pensando: “ah qual é a única coisa que... porque eu tenho dedicação exclusiva, mas a única coisa que eu posso fazer perante a lei também é dar aula né. Então eu comecei a ver assim, mandei currículo pra um monte de lugar, ninguém nunca me respondeu. Aí numa pesquisa rápida eu achei o Superprof assim, e fiz o perfil. Foi isso, foi a primeira que eu encontrei assim. Eu nem imaginava que existia uma plataforma de professores, já imaginava que existia isso, mas não sabia que existia. (...) Mas acabei chegando na plataforma e pensei “Nossa, vou fazer um perfil”. Olhei um pouco os perfis né, da formação das pessoas que tavam dando aula lá. Eu já era formada, tava no mestrado, pensei “ta, acho que ok né. Eu tenho experiência docente já, já dei aula antes, gosto de dar aula, bastante, né”.

Stephani: “Na verdade, eu queria justamente começar a ganhar dinheiro dando aula particular. Queria mesmo isso, já que então... logo eu não ia ter oportunidade de ter o contato com a sala de aula, bom então vou dar aula particular. Vou começar a desenvolver aquele negócio de dar aula e daí tipo, bom, agora eu vou ter que explicar pra uma pessoa que não tem a minha cabeça e vou ter que tentar pensar com a cabeça dela, sabe. Me colocar em cheque com isso sabe. E ainda ganhar um dinheiro né (...) E daí um dia eu fui dar uma... a gente foi, um pessoal daqui também, foi no adventista, lá perto da Assis Brasil, numa feira de ciências. Aí tinha um colega aqui do bacharel (...) Daí depois que a gente saiu de lá, a gente foi num barzinho tomar um cerveja, e entramos no assunto, não sei o que, e ele falou, sei lá, “ahh um dia tava dando uma aula particular”. Daí eu perguntei pra ele como é que é. Daí ele que me apresentou o Superprof (...) logo já comecei”.

Camila: “Foi basicamente necessidade, tipo, eu vi que eu precisava de dinheiro, e aí eu vi que eu não tinha possibilidade de emprego em escola privada, não tinha concurso né, aí eu pensei “ah vou me inscrever nessas plataformas” porque eu conheço várias pessoas... eu tenho uma amiga que ela vive só também dando aula de inglês por alunos que ela conseguiu no Superprof. (...) ela me falou do Superprof, foi assim inclusive, foi porque ela me falou, daí eu pensei “ahh vou tentar também” porque tipo, precisava de grana e é uma possibilidade assim, apesar de eu... depois de ter vivido essa experiência eu não achar que é algo que acaba te remunerando de forma justa sabe”.

Ou seja, em síntese, a motivação dos cinco entrevistados citados estava muito relacionada à necessidade financeira. Kaleb e Maria Eduarda ingressaram na plataforma Superprof para complementar renda, já que, segundo Maria Eduarda, a remuneração da pós-graduação é muito aquém do que deveria. Já Nicolý, Stephani e Camila, começaram a trabalhar nas plataformas como fonte de renda principal. Dentro deste grupo de 5 entrevistados, o caso de Maria Eduarda e Camila chama a atenção. Diferentemente dos outros três entrevistados, Maria Eduarda e Camila não viram as plataformas de aula particular como primeira alternativa para garantir uma renda dentro do trabalho docente. Ambas só ingressaram na Superprof porque não haviam conseguido emprego nas escolas privadas e, no caso específico de Camila, na educação pública básica.

Quanto a Guilherme e a William, as motivações para o ingresso nas plataformas de aula particular foram um pouco diferentes das motivações do restante dos entrevistados:

William: “Foi o seguinte: to dando aula já faz um tempo, mas a maioria das vezes não foi com o que sou formado, foi matemática, inclusive na escola que dou aula é matemática. O Superprof eu vi como uma oportunidade pra eu dar aulas de física. Foi mais pra sair dessa rotina assim. Só que no começo é meio ruim cara, tu entra novo ali, ninguém te chama, não sabia como cobrar. Pensei, preciso entender a plataforma. Mas o motivo da aula não foi necessidade financeira assim, até porque eu gosto de ter poucos alunos porque eu demoro muito pra planejar uma aula”.

Guilherme: “Na verdade eu entrei em contato com Superprof pra aumentar minha área de abrangência né, de abrangência eu digo de captar novos clientes, né. Porque muito da minha clientela era sempre no “boca boca”. Então eu pensei na época da pandemia: “poxa tá tudo EAD, então quem sabe eu começo a trabalhar em EAD, e atingir aí o Brasil inteiro”. Hoje em dia eu dou aula... eu tô conhecido no Brasil inteiro, nessa área de mecânica dos fluidos, como professor. Então o principal motivo que me levou a dar aula no Superprof foi justamente isso, abrir a cartela, conseguir o maior número de clientes no país”.

Como se pode perceber, a necessidade financeira não apareceu enquanto uma motivação para William e Guilherme. Entretanto, isto não torna suas motivações irrelevantes para a análise. Muito pelo contrário. Dois pontos aqui são importantes: o surgimento da pandemia de COVID-19 parece ter tido grande influência para o ingresso de Guilherme nas plataformas de aula particular. Sem a pandemia, é possível que Guilherme tivesse recorrido a outras formas de ampliar a sua quantidade de alunos que não através do ensino remoto. Algo que, inclusive, também poderia ter surtido resultado positivo, uma vez que Guilherme já trabalhava há bastante tempo através de indicações. O interessante aqui é que o surgimento da pandemia de COVID-19 não foi um fator relevante apenas para Guilherme, mas para Nicolý também. No trecho transcrito acima, a entrevistada comenta que logo no início da pandemia começou a dar aulas pela Superprof, algo que, por ser remoto, era, em suas palavras, fácil. Sem a pandemia, a aula remota poderia não ter sido vista por Nicolý como a melhor opção para o momento, o que poderia ter levado a busca por alternativas que não as plataformas de aula particular.

O outro ponto importante é a própria motivação de William. Como relatado na seção 2.1 o entrevistado leciona matemática na educação básica estadual, apesar de ser licenciado em física. O ingresso de William nas plataformas ocorreu justamente para que ele conseguisse lecionar os conteúdos correspondentes a sua formação. Nesse sentido, a trajetória de William até as plataformas de aula particular tem alguns pontos em comum com a trajetória de Camila e Maria Eduarda. Estes pontos em comum se traduzem na falta de oportunidades para docentes dentro do ensino básico. O caso de Camila e Maria Eduarda representa a falta de oportunidade de lecionar em si, já o caso de William representa a falta de oportunidade para

lecionar o que foi formado para lecionar. Apesar desta breve diferença, ambos os casos fazem parte do mesmo problema.

2.3: condições de trabalho e funcionamento das plataformas

É bastante provável que esta seção seja uma das que mais apresente trechos das entrevistas. Portanto, para ficar mais organizado e inteligível, a dividi da seguinte forma: 1) Funcionamento de cada plataforma, 2) Impactos que a estrutura da plataforma produz na relação professor-aluno, 3) Estratégias de subversão às dinâmicas da plataforma e 4) Condições de trabalho dos docentes nas plataformas de aula particular. Começemos do início.

1) Funcionamento de cada plataforma:

Relembrando os estudos de Lopes (2021) vistos no primeiro capítulo, existem hoje no Brasil 16 plataformas de aula particular em atividade. Dessas 16, quatro foram mencionadas pelos entrevistados: Superprof, Profes, Getninjas e Class For You. A partir destas menções, fui percebendo ao longo das entrevistas que é bastante comum um docente que da aula através de plataformas de aula particular estar presente em mais de uma plataforma. Todos os professores e professoras que entrevistei estão presentes na plataforma Superprof. Dos sete entrevistados, apenas Kaleb, Maria Eduarda e Stephani não haviam tido contato com outra plataforma. Já os outros quatro entrevistados, sim. William e Camila estavam presentes na Superprof e na Profes. Guilherme na Superprof e na Class For You. E Nicolý, na Superprof, Profes e na Getninjas.

Ao longo das entrevistas, os docentes me relataram como cada plataforma funciona. Começando pela Superprof:

Kaleb: “Pelo Superprof, eu tenho uma aluna, que ela me contactou por lá. Então os alunos que eu tive contato pelo Superprof, tanto os que eu dei aula, quanto os que eu tive, mas não foi pra frente, os alunos me procuraram. Eu acredito que a plataforma funciona assim: como uma ferramenta de contato entre o aluno que ta procurando o profissional, e o professor” (...) “A plataforma basicamente isso né, ela me serve mais como um contato inicial com os alunos. Ela funciona como uma plataforma de divulgação na verdade”.

Guilherme: “Na verdade o Superprof é uma plataforma... todo mundo acha que é uma plataforma de aula, mas na verdade o Superprof é um catálogo. Então ele tem digamos assim, ele é... tem um networking, ele consegue fazer a divulgação né, do trabalho do professor. Então é uma plataforma com muita visibilidade. Só que na verdade, tu não dá aula nele. Na verdade ele é um catálogo”.

Apesar de Kaleb e Guilherme estarem se referindo à Superprof em suas falas, creio que suas percepções possam ser estendidas para as demais plataformas com as quais os

docentes que entrevistei tiveram contato. Isso significa dizer que as quatro plataformas funcionam basicamente como um meio de divulgação do professor. Algumas delas, como a Profes, até possui salas virtuais, mas não obriga o docente a lecionar sua aula através destas salas.

Passemos às especificidades da plataforma Superprof: quando perguntei como era sua rotina de trabalho na plataforma, William passou a explicar como subiu de nível rapidamente na Superprof. Em seguida, perguntei como funcionavam estes níveis da plataforma. A resposta foi a seguinte:

William: “No Superprof funciona assim: te cadastrou, vai entrar como novato. Pra subir pro recomendado, precisa que 4 pessoas te recomendem (...) uma das garantias que a plataforma tem pra te recomendar é tu botar o teu diploma lá. (...). Ai tem o próximo nível que é Superprof. Tu precisa fazer uma entrevista lá com a plataforma, sobre tua trajetória profissional, que tu gosta de lecionar, quais tuas dificuldades e tal. Aí te pedem mais uma coisinha: ter uma avaliação por aplicativo, aí já não é recomendação entendeu. Só que na minha cabeça tava assim: é melhor eu ter o máximo de recomendação possível, não só as 4, porque cara cliente come com os olhos entendeu. (...) quanto mais melhor né. (...) depois de 2 ou 3 dias já recebi a primeira proposta de aula. Dei a aula (...) aí geralmente o aluno não avalia, isso é uma coisa meio chata né. Ai falava: “olha, teria depois como tu pega e me avaliar ali na plataforma, porque essa avaliação é importante”. O aluno se cadastra na Superprof, paga 60 reais por mês e tem acesso a todos os professores. Só que a plataforma não se mete no pagamento do aluno com o professor, então tua hora com o aluno tu que acerta, ta. Aí pedi pra avaliar, ela avaliou e logo já subi pra “superprof”. Ai pra subir pra “embaixador” precisa de mais 6 avaliações por dentro do aplicativo. (...) Mas a minha sacada foi o seguinte: não é porque eu já tinha conseguido as recomendações que não eram mais relevantes. Sempre que eu lembrava de alguém pedia pra mandar a recomendação. Para continuar mantendo essa constante assim, pra quando o cara entrar no meu perfil, ele olhasse lá que eu tinha várias recomendações, vários elogios que eu tive aula e tudo. (...) Aí depois subi pra “embaixador”.

A explicação de William quanto ao funcionamento da progressão de níveis na Superprof – novato, recomendado, superprof e embaixador – está bastante clara. Nos basta explicar com um pouco mais de detalhes a diferença entre recomendação e avaliação. Para escrever uma recomendação, o aluno não precisa ter tido aula com o professor através da plataforma. Na verdade, qualquer pessoa pode deixar um comentário no perfil do professor o recomendando. Esta, inclusive, foi uma das estratégias de William para conseguir “vender sua aula” para “clientes alunos”. Quanto à avaliação, para ser feita, o aluno precisa ter tido aula com o professor através da plataforma. Em função disto, a avaliação é o que mais conta para a progressão dos níveis e para o algoritmo da plataforma recomendar o perfil do professor.

Além da progressão dos níveis e desta pequena diferença entre avaliação e recomendação, a relação professor-aluno na Superprof ocorre basicamente da maneira como William resumiu: “O aluno se cadastra na Superprof, paga 60 reais por mês e tem acesso a todos os professores. Só que a plataforma não se mete no pagamento do aluno com o

professor, então tua hora com o aluno tu que acerta, ta”. As informações trazidas por William sobre o funcionamento da plataforma se repetiram em basicamente todas as entrevistas. Em umas, com um pouco mais de detalhes e com dados mais precisos, em outras de forma mais geral e imprecisa. Aqui vão alguns trechos de outros entrevistados que corroboram com as informações trazidas por William:

Guilherme: “Pro professor não cobram nada, mas pro aluno eles cobram uma taxa, acho que 65 ou 70 reais por mês, onde o aluno vai ter acesso a diversos números de professores. Então tu olha lá o professor que tu quer, e te dá o contato dele, mas isso ele só vai te dar o contato se tu assinar por um mês a plataforma”.

Nicolý: “No Superprof, é só o aluno que paga né. Assim, eles pagam 69 reais pra poder falar com qualquer professor”.

Kaleb: “o cadastro pra quem quer ser aluno, ele é pago. Mas pro professor não, eu não pago nada, pelo menos por enquanto”.

Camila: “Outra coisa que tu tem que ir atrás é pedir pra pessoas avaliarem tuas aulas, então teoricamente os teus alunos deveriam ir lá e te avaliar”.

Stephani: “Uma coisa muito boa acho que foi... que eu peguei o link e mandei pra todos os contatos do whats, postei no instagram, postei no facebook, falei pras pessoas “ó, comenta lá, comenta lá”. As pessoas foram lá e comentaram. Pelo menos 10 pessoas foram lá e botaram recomendações boas, entendeu (...) Acho que isso foi bom”.

Outro ponto importante referente ao funcionamento da Superprof é o seu algoritmo. Como já dito por William, estar em um nível mais alto na plataforma já te garante mais visibilidade. Entretanto, existem outros pontos que podem contribuir para o aumento da visibilidade do perfil além das avaliações e recomendações:

Camila: “No superprof também é assim, por exemplo, se tu anexar teu diploma, se tu anexar teu RG, coisas assim, vão te dando pontuação pra que tu va aparecendo mais na frente do que outras pessoas assim”.

Kaleb: “Existe uma modalidade, se eu não estou enganado (...) pra plataforma te colocar como prioridade nas divulgações, você pode pagar uma mensalidade ali. Mas eu uso a versão gratuita. Eu não pago nada”.

Maria Eduarda: “Pra entrar pra fazer o meu perfil eu não tive que pagar, mas se tu paga uma mensalidade de 30 reais por mês tu tem mais visibilidade. então eu pago 30 reais por mês, todo mês pro Superprof pra ter essa maior visibilidade”.

Agora que já adentramos brevemente nas especificidades da plataforma Superprof, vamos para a Profes:

William: “Tinha outra plataforma que eu também tava cadastrado, mas essa era muita falcatrua. Era o “Profes”. Só que assim cara tu te cadastra e tudo ali, aí o aluno solicitava uma aula. Só que ao mesmo tempo também o aplicativo direcionava aquela solicitação pra vários professores. E tu tinha que pagar pra tu poder responder o aluno. Tu comprava algumas respostas né, gastei uns 10 pila comprando resposta.

Dá pra usar 4 vezes, acho. (...) O problema não era nem pagar. Imagina que tu enviou uma solicitação de aula, de eletromagnetismo. Aí tu solicitou tua aula. Só que vai pra vários professores cara. Aí o aplicativo ganha afu em cima. Aí o aluno pode responder tua resposta ou não, já que a solicitação de aula vai pra 200 professor. (...) Então era uma coisa assim, meio golpista assim na real. Aí se dava bem no aplicativo quem tava a muito tempo. (...) Ou só conseguia aulas quando eram temas muito difíceis assim, que não tinha professor pra dar aquilo (...) Então essa plataforma “Profes” assim eu não gostei muito”.

Como nos informa William, a plataforma Profes possui um funcionamento bastante diferente da Superprof. Nesta, quem paga para a plataforma é o aluno, que solicita uma aula para um professor específico de sua preferência. Na Profes, o aluno não paga e solicita uma aula de um tema específico para a plataforma. Em seguida, a Profes envia este pedido de aula para todos os docentes que trabalham com o tema solicitado. Para responder ao pedido de aula, cada docente deve comprar da plataforma o direito de resposta. Após este pagamento, os professores que receberam da plataforma o pedido de aula, enviam mensagem para o aluno que fez a solicitação. Tendo recebido mensagem de vários professores, o aluno escolhe o docente que mais o agrada.

Além de William, o restante dos entrevistados que já tinham utilizado a Profes também explicaram como se dava a estrutura de funcionamento da plataforma.

Nicolý: “Eu sei usei outras plataformas também, além da Superprof, que foi o Getninjas e o Profes. Mas essas duas tu tem que pagar uma taxa pra tu conseguir falar com os alunos. E é meio que um leilão, porque são vários professores que podem falar com aquele mesmo aluno. E eu acho que quem tiver o melhor preço, acaba ganhando. Vai do aluno aceitar ou não a aula”. (...) “As aulas têm preços diferentes pra tu poder aceitar elas. Então na verdade tu paga pra que tu receba o contato daquele aluno, daí tu pode entrar em contato com ele” (...) “Parece muito mais um leilão, porque tu tem as opções aqui e tu vai tentar conseguir uma aula. Então aqui nessa teve várias vezes que eu já usei várias moedas pra tentar aulas e a pessoa não me respondeu, ou ela já tinha conseguido a aula, ou ela não achou que estava um preço... ela queria um preço muito mais abaixo do que eu tinha colocado. Então é meio que... nem sempre vai ser vantajoso”.

Camila: “Daí em 2022 criei um perfil na plataforma Profes. E aí essa aí achei muito ruim, porque não sei se tu sabe, mas tipo, pra ti poder da aula tu tem que pagar uma taxa pra eles assim. E aí eu paguei porque eu tava desesperada. E aí eu consegui dar umas três aulas assim (...) tu paga pra poder responder quem te procura, é pra isso que tu paga. Daí eu comprei um pacote de cinco respostas. Daí tipo, eu terminei o pacote, mas eu só tive um aluno pra quem eu dei três aulas”.

Outro ponto importante: nestes trechos em que Nicolý explica o funcionamento das plataformas, ela está se referindo tanto ao funcionamento da Profes quanto da Getninjas. Ambas, segundo a entrevistada, possuem a mesma estrutura de funcionamento. Como Nicolý foi a única entrevistada que estava utilizando a Getninjas, não tive grandes contatos com as experiências de docentes nesta plataforma, o que não me permite adentrar nas suas

especificidades. Entretanto, para os objetivos deste trabalho, a estrutura de funcionamento geral apresenta é bastante suficiente.

Quanto às especificidades da Profes, o algoritmo da plataforma é parecido com a do Superprof. Na Profes não há a progressão dos níveis, entretanto, existem formas de impulsionar o perfil, tanto através de pagamento, quanto a partir de postagens de materiais:

Camila: “E aí tem a rotina de tipo, por exemplo, tu vai ganhando visibilidade no teu perfil nessas plataformas se tu vai acrescentando informações né, então por exemplo: no Profes, tu coloca tuas informações e tal, daí se tu gravar um vídeo falando de ti tu ganha mais pontos que te dá mais visibilidade lá na pagina geral, quando vão pesquisar tipo “ah professor de sociologia”, daí tu vai aparecer mais pra cima entendeu.

William: “Esse (Superprof) achei mais justo assim. Esse (Profes) eu achei mais tendencioso, porque na real quem ganha mesmo é a plataforma e meio que tu paga pra ter aluno, ou eles te direcionam mais alunos se tu pagar a mensalidade. Aí tem os níveis da mensalidade ali”.

Outro ponto relevante sobre o funcionamento da Profes é o fato do aluno pagar uma taxa para plataforma quando vai realizar o pagamento para o professor:

William: “Tu botou o valor da tua hora, sei lá, 40 reais, só que o aluno paga alguma coisa pra plataforma entendeu. Mas o grande problema não é das horas que ele lucra, ele lucrar em cima do aluno, que é normal, mas pra mim e pros meus amigos e o pessoal que tá lá o maior problema é esse da resposta. O problema é que tu paga e ele manda pra 200 pessoas. (...) E aí tu nunca consegue aluno entendeu. (...) É diferente do Superprof, ele só quer que o aluno pague ali pra ter acesso ao professor e tu que te acerta com o aluno depois”.

Nicolý: “As aulas têm preços diferentes pra tu poder aceitar elas. Então na verdade tu paga pra que tu receba o contato daquele aluno, daí tu pode entrar em contato com ele. E o aluno também tem que pagar, então é pra plataforma né”.

Por fim, nos resta compreender o funcionamento da Class for You. Esta plataforma estava sendo utilizada apenas por Guilherme, que não informou tão precisamente como ela funcionava. Entretanto, disse o seguinte:

Guilherme: “Deixa eu dar uma olhadinha aqui como é que é o nome (da plataforma). Class For You, é o nome. (...) Eles dizem que tu tem que pagar uma taxa por mês, que daí os alunos... esse é o contrário, funciona um pouco diferente do Superprof. No superprof o aluno paga pra ter acesso ao catálogo, nesse aqui o catálogo pros alunos é livre, porém o professor paga uma taxa de 15 ou 20 reais pra conseguir divulgar seu trabalho, a diferença é que ninguém te procura, entendeu, então é uma plataforma que é uma furada. Se propõe a se fazer coisa similares ao Superprof só que não tem o mesmo alcance que o Superprof tem”.

Apesar de Guilherme não informar se esta taxa que o professor deve pagar a plataforma é mensal ou única, é possível perceber que a Class For You possui um funcionamento diferente tanto da Superprof quanto da Profes e da Getninjas.

Agora que já sabemos como cada uma das quatro plataformas funciona, passarei a expor o relato dos entrevistados quanto ao impacto que o funcionamento das plataformas produz na relação professor-aluno.

2) Impactos que a estrutura da plataforma produz na relação professor-aluno:

Assim como a estrutura social, a estrutura de funcionamento das plataformas condiciona os sujeitos envolvidos a estabelecer relações sociais específicas. Na Superprof, na Profes, na Getninjas e na Class For You, não é diferente. À medida que os entrevistados foram relatando suas experiências com alunos através das plataformas, pude perceber que a maneira como cada uma funciona produz, entre docentes e alunos, relações específicas de tensão e constrangimento, assim como de estratégias de subversão à dinâmica das plataformas – este segundo tipo de relação será explorada no próximo subitem.

A primeira relação de tensão e constrangimento que percebi é referente à Superprof. Como já dito anteriormente, a plataforma cobra uma mensalidade para que o aluno tenha acesso aos professores. Esta dinâmica produz o seguinte problema:

Guilherme: “Porque muitos alunos que chegam pra nós e dizem “ah mas eu já paguei tantos reais”. Aí tu vai explicar assim “olha mas aquela taxa não tem a ver com o nosso, tem a ver com o catálogo, pra tu ter acesso ao catálogo tu tem que pagar aquilo mensalmente. Agora, o valor de cada aula é direto com o professor”. Daí muitos acham isso abusivo né, coisas assim, mas... isso é uma coisa que talvez ela pudesse baixar ali as taxas ou talvez pudesse deixar, sei lá, alguns dias de graça pra pessoa experimentar né”.

Nicolý: “Eu acho... mas também no Superprof as pessoas achavam que esses 69 reais iam pra mim. E eu nem sabia, eu descobri porque vieram me perguntar. Um aluno veio me perguntar. Eu nem sabia que eles tinham que pagar esse preço né. Achei até bem salgado a cobrança, enfim, mas fica tudo pra eles (pra plataforma)”.

Maria Eduarda: “Só acho que a plataforma não é muito transparente assim. Eu cheguei a mandar um email pra eles perguntando dessa questão dos alunos terem que pagar e eles me deram um “migué” assim. Falaram “aí não tem que pagar nada, nada a vê”. Porque muitos alunos chegam e falam assim: “eu já paguei pra plataforma o teu valor de aula”. E eu falei “a plataforma não me repassa nada. Eu pago a plataforma também, então eu não recebi”. Aí fica chato pra mim, porque eu não cobro essa aula né, pessoa já pagou, não vou fazer ela pagar duas vezes assim, a mesma aula. Independente se eu não tenha recebido (...) Nunca entrei como aluno pra ver como é que é, mas eu acho que eles meio que pagam como se fosse pagar pra mim, mas aí chega na hora da aula e eu não recebi”.

Ainda sobre a Superprof: a necessidade de avaliação do professor por parte do aluno é outro ponto da dinâmica da plataforma que produz relações de constrangimento:

William: “Aí geralmente o aluno não avalia, isso é uma coisa meio chata né. Aí falava: “olha, teria depois como tu pega e me avaliar ali na plataforma, porque essa avaliação é importante”. **Maria Eduarda:** “E tem coisas que te dão maior visibilidade também né. Tipo, mais pessoas vão chegar no teu perfil, que é ter “reviews”. Só que é muito difícil. Eu sempre peço pras pessoas fazerem “reviews” (...) É uma avaliação, de como é que foi a aula, como é que eu sou dando aula. E eu acho que eu tive já uns 30 alunos, eu tenho 6 “reviews”. E o que eles me dizem é

que pra eles entrarem na plataforma eles precisam pagar. A plataforma cobra deles. Então eles entram, pagam um mês, só pra achar o professor que eles queriam, e não entram mais assim. É, daí não é uma coisa que eles seguem na plataforma. Então também quando eu perco essa janela, a que eles tavam logados, eu perdi a minha review também. Não tem mais como fazer”. **Camila:** “Outra coisa que tu tem que ir atrás é pedir pra pessoas avaliarem tuas aulas, então teoricamente os teus alunos deveriam ir lá e te avaliar. Só que eu tive uma péssima experiência de tipo, todo mundo que eu dei aula pedia pra pessoa me avaliar e ela não me avaliava nunca. Aí tive que pedir pra uns amigos me avaliarem. Porque todo mundo que eu dava aula não fazia isso por mim assim. E daí mesmo pedindo às vezes não rolava sabe. Então tem toda essa coisa de tu precisar tá sempre meio que abastecendo o teu perfil sabe”.

Guilherme: “Porque no online já tem aquela obrigação, porque já estou pagando aquela aula particular então eu tenho que prestar atenção. (...) Porque aí tu tem um outro problema: se a pessoa te contratou pra dar aula, ela espera que tu seja bom professor. Porque senão ela vai ficar “ba, gastei dinheiro com o cara e não aprendi merda nenhuma”. E aí? que droga, isso ainda vai pegar mal, porque ela vai te fazer uma avaliação negativa na plataforma, ou não vai te recomendar e tu vai perder clientes. Então o professor que dá aula particular, ele tem duas tarefas: uma tarefa é enquanto divulgar o seu nome, e também com uma metodologia que vai atrair cada vez mais clientes”.

Por fim, o último ponto gerador de constrangimento e tensão diz respeito a negociação da hora-aula entre o aluno e o professor. Esta negociação também ocorre na Superprof, mas está mais relacionado à estrutura de funcionamento da Profes e Getninjas:

Nicolý: “Então, eu acho que como no Superprof, eles tem que pagar esses 69 reais... então já vai ser uma pessoa que ta disposta a gastar dinheiro para a educação dela. Se ela consegue ou se ela se dispõe a gastar 69 reais quer dizer que né... pode gastar isso. Enquanto nessas outras, elas não têm que gastar nada inicialmente né. Então pode ser uma pessoa que não tem tantas condições, mas tem a necessidade de uma aula e vai procurar alguém que dê uma aula gratuita ou com preço social” (...) “Eu acho que é bom no sentido de facilitar que o aluno encontre professores e professores encontrem alunos, mas o que eu vejo é... o que aconteceu algumas vezes é muito de uma desvalorização do teu trabalho, nesses (plataformas como Profes e Getninjas) que tu tem que negociar, as vezes é muito difícil tu conseguir o preço que tu pensou e decidiu que era o preço da tua aula, porque, não sei, a galera quer, sei lá, uma aula de engenharia por 20 reais a hora, umas coisas assim, acontece bastante isso. Justamente porque tem essa competição entre vários profissionais, então às vezes acaba sendo um pouco estranho”.

3) Estratégias de subversão às dinâmicas da plataforma:

Antes de partimos para o subitem referente as condições de trabalho dos docentes, é importante expor os dados que indicam possíveis estratégias de subversão às dinâmicas impostas pelas plataformas, tanto estratégias do professor quanto do aluno. Compreender quais as possibilidades e limites dessa subversão é fundamental para analisar o quão submetidos os docentes estão ao funcionamento das plataformas de aula particular.

Kaleb: “Talvez até uma estratégia pro aluno é fazer o cadastro ali, pagar uma mensalidade e depois cancelar, só pra ter contato com o professor talvez, mas se eu não me engano é uma mensalidade, mas não sei o valor”.

Guilherme: “Tem gente que brinca de GSI (Gabinete de Segurança Institucional), que olha o nome do professor, vai lá no lattes, ou vai no... ou vai no linkedin, busca

ali o perfil do professor pra ver as referências né. **Alguém já te chamou por fora?** Sim, muita gente”.

Camila: “No Superprof, quando eu dava aula pra essa minha aluna nina, que era criança, a mãe dela fez um contato por lá, mas a gente meio que fechou por fora. Porque, por exemplo, o Superprof, ele tira uma taxa né. Tipo, tu é obrigado a pagar o professor pela plataforma e daí eles tiram uma taxa, não pode ser tipo por pix, entendeu. Daí a gente meio que fingiu que ela não me contratou e daí ela pegou meu whats e daí a gente fez por fora entendeu, porque senão eu ia ganhar muito pouco (...) Eles tiram, não lembro se é tipo 10%, é alguma... que enfim né, eles justificam que “ah a pessoa só te achou porque ela entrou na nossa plataforma”, entendeu”.

A partir destes trechos, é possível identificar três estratégias de subversão. Duas acionadas pelos alunos e uma acionada a partir da relação aluno-professor. A estratégia que Kaleb apresenta apareceu também no relato de Maria Eduarda:

Maria Eduarda: “O que eles me dizem é que pra eles entrarem na plataforma eles precisam pagar. A plataforma cobra deles. Então eles entram, pagam um mês, só pra achar o professor que eles queriam, e não entram mais assim. É, daí não é uma coisa que eles seguem na plataforma. Então também quando eu perco essa janela, a que eles tavam logados, eu perdi a minha review também. Não tem mais como fazer.

Apesar de ser uma estratégia de subversão à plataforma que beneficia o aluno, acaba prejudicando o professor, na medida em que ele depende da avaliação do aluno após a aula. Esta avaliação, como nos explica Maria Eduarda, não pode ser feita após o cancelamento do plano de mensalidades da Superprof.

Quanto à estratégia de subversão apontada por Guilherme, é necessário um pouco mais de detalhes. Mesmo sem pagar a mensalidade da Superprof, o aluno consegue entrar na plataforma, selecionar uma área de interesse e ver quais professores estão disponíveis. Entrando no perfil de cada professor, é possível ver seu nome, foto de perfil, formação profissional e trajetória docente. No entanto, não há na descrição no perfil dos professores um telefone ou email para o aluno contatar o docente. São justamente estas informações de contato que são disponibilizadas quando o aluno assina a mensalidade da plataforma. Nesse sentido, a estratégia dos alunos para contatar o professor sem pagar pelo menos uma mensalidade da Superprof é buscar no Google o nome do professor junto com alguma outra informação que esteja disponível no perfil. Inclusive, foi desta forma que entrei em contato com todos os docentes que entrevistei, com exceção de Stephani e Camila, que foram através de indicação.

A estratégia relatada nas falas de Camila diferem um pouco das apresentadas por Kaleb, Maria Eduarda e Guilherme. Agora, não se trata de uma estratégia de subversão que ocorre apenas a partir do aluno, mas sim através da relação aluno-professor. Há, entretanto, uma informação na fala de Camila sobre o funcionamento da Superprof que difere das

informações já apresentadas por outros entrevistados. Segundo Camila, a Superprof exige que o pagamento da aula seja feito através da plataforma, além de cobrar uma taxa de 10% do valor que o docente irá receber. No entanto, outros entrevistados relataram o oposto:

Stephani: “Mas assim, os meus pagamentos são sempre feitos direitinhos, nunca teve nada, sempre foi por pix”.

William: “O aluno se cadastra na Superprof, paga 60 reais por mês e tem acesso a todos os professores. Só q a plataforma não se mete no pagamento do aluno com o professor, então tua hora com o aluno tu que acerta, ta”.

Kaleb: “O cadastro pra quem quer ser aluno, ele é pago. Mas pro professor não, eu não pago nada, pelo menos por enquanto. **Mas aí o acerto da aula vocês fazem por onde?** Por fora”.

Ponto importante: tanto Stephani quanto Kaleb só estão inscritos como docente na Superprof. Portanto, estavam se referindo a esta plataforma em suas falas.

4) Condições de trabalho dos docentes nas plataformas de aula particular:

Os outros subitens – Funcionamento de cada plataforma, Impactos que a estrutura da plataforma produz na relação professor-aluno e Estratégias de subversão às dinâmicas da plataforma – já apresentam muitos elementos para pensarmos as condições de trabalho dos docentes que dão aula em plataformas de aula particular no Brasil. Entretanto, para este subitem, reservei os trechos que falam diretamente sobre os tópicos mais centrais das condições de trabalho nas plataformas, como: o preço da hora-aula, o ritmo da rotina de trabalho, as mudanças deste ritmo a depender da época do ano e as possibilidades concretas de retorno financeiro lecionando através das plataformas.

Primeiramente, sobre o preço da hora aula, temos o seguinte:

Camila: “Então, enfim, por mais que eu ache que... é que é isso né, é meio contraditório assim, por mais que eu tenha essa opinião, ao mesmo tempo consegui me salvar em alguns momentos (a plataforma), e eu sei que salva outros professores também, mas é isso assim, toda vez que eu entro lá no Superprof eu vejo uma galera com a formação, sei lá, de doutorado às vezes, pós doutorado entre aspas né, se vendendo ali, tipo, por um custo muito baixo sabe, do seu trabalho assim. Porque é isso também, daí tu vai analisar quanto que tu vai cobrar tua hora aula, tu tem que comparar com os professores da tua área sabe, quanto que eles tão cobrando pra ti fazer um preço, ou naquela faixa, ou até inferior, sabe. Então tipo, várias vezes eu coloquei o valor mais baixo do que eu acho que eu merecia porque eu vi que a faixa normal de preço era aquela e eu botava mais baixo pra atrair alunos”.

William: “Funciona a plataforma, só que tu tem que entender como ela funciona (...) Entrei, vi que tinha muita gente que era novato e já botava a hora aula 70 ou 100 reais. E tipo, a plataforma funciona como níveis: novato, recomendado, superprof e embaixador, que é o último nível. Aí entre o cara pegar uma aula comigo a 75/100 reais novato com um cara que é embaixador pelo mesmo preço, ele vai pela qualificação que o aplicativo ta te dando. Então eu peguei e fiz isso: peguei

as recomendações de alunos que já tinha dado aula e botei o valor da minha aula pra 50 reais.

A partir dos relatos de Camila e William, é possível perceber que a definição do preço da hora-aula depende fundamentalmente de dois fatores: o primeiro deles é referente ao nível do docente na plataforma. Possuir um nível alto parece ser quase que pré-requisito para o reconhecimento e confiabilidade no trabalho do professor por parte do aluno. E, obviamente, possuir o reconhecimento e confiabilidade é determinante para o professor estipular um valor hora aula que considere digno. Entretanto, possuir um nível alto na plataforma não é sinônimo de poder cobrar o valor hora aula que quiser. E aqui entra o segundo fator na definição dos preços: a concorrência. Como vimos no capítulo 1, existem 252 mil docentes cadastrados na Superprof no Brasil (Vieira, 2021). Dentro das áreas que lecionam, estes 252 mil docentes concorrem entre si para cada um captar a quantidade de alunos que deseja, a depender das necessidades do momento. Isso significa ter que regular o valor da sua hora aula também de acordo com os valores hora-aula que já estão sendo cobrados por outros docentes na plataforma.

Estas informações trazidas por William e Camila sobre os critérios de definição da hora aula nas plataformas são extremamente compatíveis com relatos de Maria Eduarda, de Stephani e da própria Camila:

Maria Eduarda: “Aí eu olhei o que que as outras pessoas tavam colocando na plataforma assim. Quando eu entrei vi que tinha tipo desde 40 reais, que eu acho um absurdo, né tipo, não paga, até 100 reais, que daí eu acho muito caro. Aí eu fiquei tipo “ai, vou cobrar alguma coisa aí nessa média assim”.

Stephani: “Daí como que eu pensei: “bom, nunca dei aula, vou botar o valor mais baixo que tem”. Aí botei 25 reais a aula remota, 35 a presencial e mais 10 pila de passagem, se fosse presencial. Daí já veio (...) Agora já tô cobrando 50 a hora aula. Presencial 70, e 10 de passagem”.

Camila: Tu falou que baixou o valor da hora aula a depender da faixa, quanto mais ou menos tu colocou? “Eu lembro que a faixa... eu lembro que pra sociologia e pra revisão de tcc era sei lá, 60, e eu botei 40. E eu lembro que pra aula de inglês a média era 80 e eu botei 40 também sabe”.

Outro ponto relevante na definição da hora-aula é o período do ano. Não considerei este um fator fundamental porque nem todos os professores que entrevistei aumentam o valor da hora aula em períodos do ano mais movimentados, apesar de terem relatado que de fato a quantidade de alunos aumenta bastante. É o caso de Maria Eduarda:

Maria Eduarda: “Aí varia muito, porque no início do ano é zerado né, tipo janeiro, fevereiro e março, porque é férias, tanto da faculdade quanto escolares, daí ninguém... Nunca aconteceu né, só de uma pessoa, sei lá, que tá muito focada no vestibular pra começar a estudar assim e querer aula particular. E aí geralmente começa ali por abril. Junho e julho é bem cheio, porque é muita cadeira terminando,

final de semestre e final de trimestre também. E final de ano é uma loucura assim. Dezembro é uma loucura, porque daí são as recuperações escolares né. E aí eu tenho muita aula, muita muita aula.

Apesar de ela afirmar que determinadas épocas do ano, como junho, julho e dezembro, são meses que a quantidade de alunos aumenta bastante, não mencionou nada sobre aumentar seu valor hora-aula. William, entretanto, realiza este movimento:

William: “Tava vendo com outra amiga minha que dá aula, ela tava me explicando assim ó: tu vai ver que a partir de fevereiro começam a te chamar na plataforma. E eles vão chamar esses professores que têm mais menos uma qualificação: recomendado, superprof ou embaixador. Que tão cobrando uma média de 50, 60 até 75, eles vão chamar esses caras. Lá pra final do ano, que que acontece: tu tá na iminência de fazer o ENEM e de fazer o teu vestibular ali. Então nessa época quem tem a manha da plataforma já sobe os preços lá pra cima. E esses alunos vão querer chamar os professores que tão com a hora mais cara, porque né na cabeça deles é mais qualificado. E às vezes não né, às vezes tu pode pagar 120 numa aula e a aula dele não ser tão boa assim, não ser tão didática. Mas ela tava me explicando que quando chega essa época de final de ano ela sobe os preços na plataforma, que daí falta aquele um mês ali pro vestibular do aluno e aí eles tão pagando. (...) ela tava me explicando: deixa a hora mediana se tu quiser ter aluno, entre 50 e 70, e quando faltar uns dois meses ali pro vestibular ou pro ENEM desse aluno, tu pega e bota tua hora a partir de 100 reais. E chamam mesmo, ela falou que chamam mesmo assim. Então tem essas táticas”.

Agora, quanto ao ritmo de trabalho no dia a dia do docente que trabalha em plataformas de aula particular: os relatos de Camila e Guilherme são fundamentais e esclarecedores.

Guilherme: “Na pandemia, eu trabalhava assim, muito com aulas, então era praticamente 24 horas por dia. Eu digo não toda hora dando aula, mas tinha que tá apostos. Geralmente eles me procuram dois dias antes da prova, um dia antes da prova, e é em horários bem variados né, por exemplo, chegava lá oito (horas) e o aluno queria ter aula às dez da noite. Então eu tive que me manejar ali pra tá a disposição né, porque eu fiquei ali com bastante dificuldade, porque eu tava só com a bolsa na pandemia, e eu precisava de dinheiro para pagar as contas né. Então eu tive que me agenciar ali pra conseguir dar a aula. Então na hora da pandemia, eu trabalhava assim no momento que me chamasse. Então assim, dava um intervalo de duas, três horas e muitas vezes eu iniciava uma aula, marcava uma aula pro dia seguinte. Tinha dias que eu dava assim cerca de... teve um dia que eu dei cinco aulas de duas horas, trabalhei 10 horas num dia. Então esse foi o período de assim, demanda, onde que eu mais trabalhei. Hoje em dia, em função do doutorado e das aulas que eu ministro, eu boto como encaixe, ali entre os períodos que eu saio daqui da PUCRS, ou os períodos que eu... antes da minha aula na UFRGS, eu atendo alguns alunos, mas geralmente de noite pra encaixar na rotina de aula na faculdade e pós doutorado. E nesses períodos que eu não to aqui, que seria de manhã ou de noite, faço algum encaixe”.

Guilherme: “Porque no online já tem aquela obrigação, porque já estou pagando aquela aula particular então eu tenho que prestar atenção. (...) Porque aí tu tem um outro problema: se a pessoa te contratou pra dar aula, ela espera que tu seja bom professor, porque senão ela vai ficar “ba, gastei dinheiro com o cara e não aprendi merda nenhuma”. E aí? Que droga, isso ainda vai pegar mal, porque ela vai te fazer uma avaliação negativa na plataforma, ou não vai te recomendar e tu vai perder clientes. Então o professor que dá aula particular, ele tem duas tarefas: uma tarefa é enquanto divulgar o seu nome, e também com uma metodologia que vai atrair cada vez mais clientes”.

Camila: “Só lembrei de outra coisa que eu acho característico também, enfim, não é das plataformas em si, mas desse momento que a gente vive na docência que é o fato de a gente não ter vínculo empregatício nenhum direito. Então é isso, tu não tem certeza... tu não tem nenhuma segurança salarial, tu depende totalmente de ter aluno ou não e não tem nenhum direito assim, se tu ficar doente e não puder dar aula, problema é teu, né. Então enfim, tem mais isso assim (...) Quando eu tinha essa minha aluna criança que eu dava aula presencial ano passado, teve um momento que a mãe dela, de uma semana pra outra, só falou assim: “ah a gente não vai mais querer que tu dê aula pra nina”. Tipo, acabou assim, sabe. E aí eu fiquei tipo: “ta o que que eu vou fazer agora” sabe. Sorte que eu tinha a bolsa do mestrado (...) mas fico pensando se fosse que nem hoje em dia, que eu dependo disso pra poder me manter, eu ia ter que tipo, correr muito atrás de uma aluna nova que me suprisse dois dias da semana né, ou mais de um aluno. Então é isso assim, como não tem contrato tu tá a mercê da decisão da pessoa sabe. É por isso que eu acho essa lógica bem empresarial mesmo, sabe.

Destes relatos, podemos destacar três pontos centrais: as expectativas que a aula particular e o sistema de avaliações da plataforma produzem na relação professor-aluno, a flexibilização das fronteiras entre horários de trabalho e horários de “não trabalho” e a constante incerteza frente a instabilidade das relações de trabalho na esfera das aulas particulares e das plataformas de aulas particular. Obviamente, algumas destas características apresentadas sobre as condições de trabalho já faziam parte do cotidiano dos professores de aula particular antes do surgimento das plataformas. Entretanto, um dos critérios de análise fundamental deste trabalho de conclusão de curso é justamente buscar compreender em que medida as plataformas de aula particular excluem, criam e/ou intensificam dinâmicas que pertencem às condições de trabalho do universo das aulas particulares no Brasil. No entanto, esta análise, assim como de todo o restante dos dados que já foram expostos, será feita no terceiro capítulo.

Por fim, resta expor a perspectiva dos entrevistados quanto as possibilidades concretas de retorno financeiro lecionando através das plataformas de aula particular. Neste momento, o relato de William e o de Camila são essenciais, justamente porque apresentam perspectivas muito distintas sobre as possibilidades de ganhos financeiros. A diversidade nas percepções é um dado que nos permite desenvolver uma análise mais complexa e sofisticada sobre os fenômenos sociais – neste caso, sobre as possibilidades reais e concretas de retorno financeiro através das plataformas.

William: “Então eu peguei e fiz isso: peguei as recomendações de alunos que já tinha dado aula e botei o valor da minha aula pra 50 reais. Ba cara não deu outra, começaram a me chamar um atrás do outro. Porque uma coisa muito importante que tem que acontecer dentro da plataforma Superprof é o aluno te avaliar dentro da plataforma. Porque tem as recomendações, eu posso pedir ali pra tu me recomendar. Só que tem a questão quando tu dá aula pra pessoa, ela te chama e te avalia pela plataforma. Essa aí é a que vale. Essas que fazem tu subir de nível. (...) Porque na verdade os alunos ali são clientes né cara, cliente come com os olhos. Primeira coisa antes de tu contratar um professor, tu vai ver o que eles tao escrevendo sobre aquele

cara. Ai eu comentei com as pessoas pra se tivesse lembrança das aulas irem lá comentar. Cara acho que quando me cadastrei na plataforma, em um dia já tinha 40 comentários, só de recomendação. Tudo de aluno que já dei aula. Nisso eu já subi de nível, aí fui pra recomendado. Aí em seguida consegui minha primeira aula pelo aplicativo. Ai começou a vir um atrás do outro. Aí eu já poderia aumentar o preço, mas como eu queria chegar no nível máximo, que eles chamam de embaixador, aí quando cheguei nesse nível, não queria mais aluno, aí joguei a aula pra 100 pila. (...) Quando botei pra 100 pila teve um aluno que me chamou (...) Vi muita gente dizendo que a plataforma não funciona, mas é que tem que entender essa dinâmica. Quando entendi como funcionava, progredi muito rápido, assim. Em menos de 40 dias eu já estava no nível máximo na plataforma. Ai a plataforma sente segurança em te recomendar” (...) “Tu entender, vale a pena, muita gente as vezes eu vejo que se revolta porque não entendem como a plataforma funciona entendeu. (...) Então tem que fazer esse filtro também né, às vezes tu te frustra com uma (plataforma) e não vai pras outras” (...) “Eu entrei no Superprof pra dar aula de física e no youtube pra fazer coisas mais relacionadas à física. Só que eu tenho outras colegas que entram porque precisam de dinheiro mesmo. Aí essas plataformas são muito boas pra ganhar dinheiro. Esse meu amigo em dois dias ganhou 600 reais, entendeu”.

Camila: “Então tem toda essa coisa de tu precisar tá sempre meio que abastecendo o teu perfil sabe. E aí é isso que eu digo que eu acho que é muito ruim enfim né, de todo o neoliberalismo, e do que tá acontecendo com a nossa profissão. Que é isso, a gente meio que vira o empreendedor de si, daí parece que se tu não conseguiu, se tu falhou, é um problema teu, sendo que na real é toda a estrutura assim. Mas, enfim né, minha rotina de trabalho é essa assim, e é até hoje, eu não preciso de muito tempo pra preparar aula na verdade. E normalmente eu dou aulas de uma hora, porque como eu dou aulas online eu acho o tempo de uma hora bem ok assim sabe”.

2.4: reflexões dos entrevistados sobre plataformas e educação

Para finalizar este capítulo de exposição dos dados coletados através das entrevistas, resta expor as percepções dos entrevistados sobre educação e sobre a chegada das plataformas de aula particular no Brasil. Como dito no início deste segundo capítulo, as falas transcritas na seção 2.4 quatro dizem respeito às perguntas quatro, cinco e seis do roteiro – 4) Como tu vê a chegada das plataformas de aula particular? 5) O que é educação para ti? O que as plataformas de aula particular representam dentro desta tua concepção? 6) Como é sua relação com o aluno da plataforma X em comparação com o aluno do lugar X.

Para expor as respostas dos entrevistados às perguntas mencionadas acima, organizei esta seção da seguinte forma: 1) Opiniões sobre o surgimento das plataformas de aula particular, 2) Plataformas e concepções de educação e 3) Diferenças na relação professor-aluno dentro e fora das plataformas.

1) Opiniões sobre o surgimento das plataformas de aula particular:

No início deste capítulo, expliquei brevemente quais eram minhas intenções com cada pergunta do roteiro. Sobre a pergunta quatro (Como tu vê a chegada das plataformas de aula

particular?), argumentei que meu intuito era estimular o entrevistado a opinar sobre a chegada das plataformas na sua vida e sobre essa chegada no contexto de educação mais geral. Creio que esta estratégia gerou bons frutos. A impressão que tive, é que os entrevistados iniciaram suas falas relatando como o surgimento das plataformas impactou a vida deles, e, à medida que nossa conversa foi se desenvolvendo, começaram a opinar sobre o contexto de educação mais geral, principalmente a partir da pergunta 5. Nesse sentido, os trechos que serão expostos agora me parecem estar mais relacionados ao impacto mais imediato do surgimento das plataformas na vida de cada entrevistado e na vida de docentes como um todo.

Kaleb: “Mas eu vejo que é uma ferramenta benéfica pros profissionais né. Tanto pros profissionais quanto pra quem procura. Hoje é muito complexo assim. Eu me colocando no lugar de um aluno acho muito difícil você encontrar um profissional adequado. É muito difícil você sair na internet e colocar lá “professores e tal”. Então as plataformas em si, como ela é uma plataforma confiável, ela dá uma credibilidade pra quem tá procurando um profissional pra te prestar algum tipo de serviço. Além disso, ela é muito menos custosa pro aluno e também pro profissional, porque a maior parte dos profissionais ali trabalha de forma virtual, então não precisa de deslocamento. Isso aí reduz um custo pra ambos os lados. Isso de certa forma é uma vantagem”.

William: “Cara, eu vejo, pra mim, como uma boa oportunidade entendeu. Principalmente pra quem quer trabalhar porque acho que antigamente era mais difícil de divulgar teu trabalho (...) Eu digo antigamente porque geralmente tu tinha que tá ligado a um cursinho, tinha que fazer teu nome. Aí tu saía do cursinho e montava um negócio específico de matemática. Hoje tu não precisa disso entendeu, hoje qualquer um pode fazer isso com essas plataformas. Tu não precisa ser o cara entendeu, ainda mais se tu já dá aula há algum tempo. Então ficou mais fácil, mas tu só tem que saber onde tu tá se metendo. Por exemplo, eu e meus amigos, a gente não gostou muito dessa plataforma Profes, pela estrutura, porque a gente praticamente... tu mais gastava, tu pagava pra trabalhar. (...) pra mim é maravilhoso assim (a Superprof), eu vi que funciona mesmo. (...) a vantagem dessas plataformas é o seguinte: tu pega aluno de tudo quanto é lugar, por essa questão do online entendeu (...) desses nove alunos que eu peguei, gaúcho foi só 4”.

Guilherme: “Acredito que as plataformas hoje em dia de aula particular vão crescer bastante. E acredito que vai aí... vai existir um crescimento entre o ensino presencial e o ensino híbrido. Acho que o futuro vai ter ensinos que são parte presencial e parte híbrido. Vai ser uma combinação. E nesse sentido os meios digitais e de informática, de plataformas, vão crescer cada vez mais. Essa é a minha visão a respeito”.

Maria Eduarda: “Eu acho que é bem interessante, porque primeiro é mais seguro tu dar uma aula online do que tu ir na casa de uma pessoa. As vezes eu dou uma aula que outra presencial (...) mas aí cobro mais caro do que seria minha hora aula comum assim online. Acho que é mais seguro, é muito menos tempo envolvido, não tem deslocamento, tu começa a aula e termina a aula e acabou (...) Acho que as plataformas facilitam muito pros professores. E pros alunos idem né. Eu acho que claro, tem uma dificuldade do virtual, que é difícil quando tu dá dando uma aula. Às vezes eu sinto falta do quadro do papel de explicar, e aí tu abre um quadro virtual no paint, é ruim, não é a mesma coisa, mas acho que tem que tentar ser criativo assim”.

Stephani: “Excelente né, ainda mais porque, por exemplo, o professor não precisa pagar. Na verdade, quem paga pra usar a plataforma é o aluno, parece, chegou-se aos meus ouvidos né, mas parece que o aluno paga, sei lá, 100 reais e pode usar pro resto da vida. E o professor não. Acho que isso é uma diretriz bem legal assim né.

Imagina o professor tá procurando oportunidade pra fazer dinheiro e ainda tem que tá pagando sabe. E o fato também de tipo tu poder escolher qualquer coisa que tu vai querer da aula. Não é uma plataforma restrita pra ensino fundamental. Tu vai lá e bota as tuas especializações”.

Dos cinco entrevistados que aparecem nestes trechos, quatro (Kaleb, William, Guilherme e Maria Eduarda) citaram as aulas por meios virtuais como um benefício tanto para o professor quanto para o aluno. Como reduz os custos e o tempo de deslocamento, permite ao docente lecionar mais aulas por dia e no conforto de sua casa. Outro ponto importante é trazido por Kaleb e William: a plataforma serve como uma ferramenta para conectar o aluno e o professor de forma muito mais rápido e acessível. Para um docente que deseja começar a dar aulas particulares, as plataformas aparecem como uma ótima alternativa para este docente construir uma rede inicial de alunos, que pode se expandir tanto pela própria plataforma quanto através de indicações por parte destes alunos iniciais. Entretanto, o próprio William ressalta: “ficou mais fácil, mas tu só tem que saber onde tu tá se metendo”. Isso porque existem plataformas, como a Profes e a Getninjas, que, a depender de sua estrutura de funcionamento, não são capazes de te entregar esta rede inicial de alunos. E aqui esta consideração é essencial. As percepções positivas dos entrevistados citados quanto as plataformas não dizem respeito às plataformas de aula particular como um todo, mas sim as suas experiências dentro da Superprof, que possui um funcionamento mais vantajoso para o professor em relação à outras plataformas. Portanto, é sempre preciso levar em consideração que plataformas estão sendo discutidos e quais são suas estruturas de funcionamento.

Ainda sobre as percepções dos entrevistados quanto ao surgimento das plataformas de aula particular, Camila traz uma visão bastante diferente dos demais:

Camila: “Ah, como eu falei, eu não acho algo positivo, porque é basicamente capitalizar nossa profissão assim, enfim, nos explorar sabe. A gente fica a mercê de uma plataforma privada que te faz justamente entrar nessa lógica de mercado, que é: sou empreendedor de mim. Então tipo assim: “ahh eu não to aparecendo lá, não to ganhando aluno porque eu não botei um vídeo”, sabe, enfim, essa responsabilização do professor assim. Enfim, acho que tira todo o caráter do que eu acredito ser uma educação mais igualitária e justa assim, porque quem vai te procurar também são pessoas que normalmente, enfim, tão em classes mais altas assim sabe, ou no mínimo uma classe média assim” (...) “Então acho que é assim né, é o que o capitalismo tá fazendo com várias profissões, enfim, né, com essa lógica mesmo de empreendedor de si e esse processo todo de uberização e tudo mais, sabe. Tão eu acho que é isso assim, tá respingando na nossa profissão também né. Tão é isso, ao mesmo tempo em que eu tenho essa percepção e acho muito ruim assim, eu sei que também muitas vezes vai acabar te salvando de uma urgência assim sabe”.

2) Plataformas e concepções de educação:

É bastante interessante de observar que quando pergunto explicitamente aos entrevistados como as plataformas de aula particular se inserem na concepção geral de

educação de cada um, as opiniões mudam bastante em relação ao que já haviam dito. Kaleb e William, que haviam prestado alguns elogios às plataformas, passaram a realizar críticas muito interessantes:

Kaleb: “Bom, pra mim a educação é um sistema assim de múltiplos vieses, múltiplos entendimentos. Mas assim, ela é a base pra uma sociedade com o mínimo de igualdade né. Economicamente falando é a educação que é responsável pelo bem social de uma nação. Então é aspecto essencial pro desenvolvimento de um país. Então assim, isso aí já indiscutível (...) as plataformas, elas, como eu penso, eu penso que elas são uma ferramenta. Eu acho que, a gente pode usar as plataformas de educação, plataformas digitais de comunicação, como uma ferramenta, sem obvio, excluir a educação presencial. A educação presencial, a sala de aula é primordial pra uma educação respaldada” (...) “Dentro da formação de professores, acho que é benéfico. Dentro da educação básica, aí a gente tem muitos problemas. Porque nem todo mundo tem acesso ainda (...) nem todo mundo que tem celular tem acesso a essas plataformas, por conta também da conexão com a internet. Eu como professor de educação básica na pandemia tive muito esses problemas. As pessoas tinham celulares, mas não sabiam utilizar as ferramentas. Saber utilizar a internet, as tecnologias, também é uma situação complexa né. (...) Então eu acho que ela tem essa margem das ferramentas de ser muito utilizado de forma benéfica para muitas situações, mas eu também vejo um problema muito sério ai das plataformas de educação tecnológica num país que a gente não... principalmente no ensino básico, né, muitas pessoas não sabem utilizar isso, muitos alunos de educação básica principalmente de escolas públicas não sabem utilizar essas ferramentas”.

William: “Eu vou te dizer cara, 100% dos casos assim, tem muita gente que te chama pra dar aula online que mora em outros estados e tal, mas esses alunos que eu peguei de Porto Alegre, nenhum cara, eles preferem ainda a aula presencial. O cara prefere tu na frente dele explicando pra ele. (...) Eu acho que a plataforma cara muito ajuda assim e tudo, mas dentro do contexto de educação cara, eu acho que não tem como substituir. Então assim, dentro das tecnologias digitais eu vejo como uma coisa boa, acho que é um recurso pra ser usado, mas a gente tem que tomar muito cuidado pra não cair no jargão. Porque se não entra essas merda de “homeschooling” agora, essas bosta ai. Então a gente tem que tomar cuidado com isso né. Eu acho que é uma alternativa que tem que ser usada (...) Mas cara, presencial não dá pra... até porque a gente precisa de socialização, como que tu vai manter as relações civis entre as pessoas. Aí tu vai o que? Vai se educar sozinho? Sabe, essas coisas assim, então aí eu já acho que entra aqueles discursos ai sabe. Porque eu acho que a pessoa tem que ir pra escola, conviver com outras pessoas, pra saber como todo mundo... como é que tu vai respeitar um cara de uma religião diferente, de uma cultura diferente, de uma etnia diferente. Então pra mim a escola é insubstituível por causa disso né. Então a plataforma ajuda, mas tem que tomar muito cuidado aí. Até pouco tempo ai tavam votando essas porcaria de “homeschooling” aí entendeu e... “ahh os teus pais vão te ajudar a te educar” Ai eu sempre fico pensando, cara como que a mãe e o pai vão ajudar a educar física, química, matemática, biologia, meus pais... que minha mãe... não é querer desmerecer, mas ela tem ensino fundamental incompleto, meu padrasto tem ensino médio, sabe. Como é que as pessoas vão ta apta. É mais um negócio mais pra rico mesmo, esse tipo de educação que eles tão propondo é pra quem tem grana, pra quem tem condições de chamar o professor em casa entendeu. Então eu acho muito bom essas coisas da plataforma, mas não é o que eu, assim, como a educação pra mim é uma alternativa, eu gosto de ir pra sala de aula, da minha aula lá pros alunos e tudo, mas eu uso a plataforma pra dar essas aulas mais livres que eu gosto (...) e se um dia eu precisar de grana e dinheiro eu sei que tem essas ai que te ajudam nisso, é mais uma questão de... recurso assim sabe. E aí, a gente tem que cuida também pra não cair no jargão. Porque o que tu mais vê nessas plataformas cara, principalmente no Youtube, é assim ó: “ahh como q eu nunca aprendi assim, meu professor nunca me ensinou assim”, tu começa a ver os comentários ali das pessoas, né. Ai tu vai vê o aluno cara, às vezes o aluno é tri indisciplinado na hora que o professor tava dando aula tava conversando, tava

saindo da sala. Então tem todo esse contexto. Eu vejo uns canais grandes assim de uns professores assim, tu vê nessas plataformas. Teve um cara que falou “eu não entro na sala de aula... eu não vou dar nenhuma aula se ela não tiver planejada, se eu não ler dois, três livros sobre o assunto, eu acho um desrespeito com o aluno”. E aí tu vê o cara só dá aula na plataforma ou só dá aula numa escola extremamente qualificada e que ele tem tempo pra isso, e não tem noção nenhuma do que é dar aula no estado. Então tu perde tudo isso entendeu cara. Então tem que cuidar porque isso aí entra na cabeça das pessoas entendeu. Então, tem que cuidar com essas plataformas por causa disso. Porque daí os caras usam como argumento pra querer desmontar o ensino, pra dizer que ta uma bosta. Isso eu acho tri perigoso meu. Esse é meu problema. Da pra ti ganhar uma grana, da pra ti sobreviver, mas às vezes é próprio professor sacaneando professor. E isso pra mim é complicado. E tem essa questão aí né. Fico pensando aí nessa educação infantil. Como assim homeschooling, cara? A gente é ser humano, a gente precisa dessa coisa social. E eu acho que a plataforma ela individualiza demais. (...) Pra mim a relação civil é muito importante. Pra mim nada substitui a aula presencial. Na minha opinião né, eu posso estar errado”.

Nestas falas, tanto William quanto Kaleb ressaltam a importância do ensino presencial na educação básica. Ou seja, ambos concordam que as plataformas são um recurso interessante, mas que de forma alguma dão conta das necessidades pedagógicas que só o ensino presencial pode dar conta. Neste ponto, William é quem se debruça um pouco mais em sua crítica. Ao reafirmar a necessidade do ensino presencial, afirma que as plataformas, apesar de serem um recurso interessante, devem ser pensadas e usadas com muita cautela dentro do contexto educacional geral. Caso não se tenha esta cautela, o uso das plataformas pode ser mobilizado para a implantação de reformas empresariais dentro da educação, que na fala de William são chamadas de “Homeschooling”.

Esta percepção de William conversa muito com a de Camila, quando diz:

Camila: “Pra mim a educação é uma forma de transformação social, basicamente assim, uma das formas. Eu luto por uma educação emancipadora. Enfim, sou... amo Paulo Freire né. E eu acho que as plataformas... é como eu falei, elas vão justamente contra tudo que eu luto dentro da educação assim sabe. Tudo que eu acredito que ela é. Então eu não acho que a educação tem que ser colocada nessa lógica empresarial sabe, de exploração do professor. Eu acho que o professor, ele realmente é alguém que quando ele ta dando aula ele tem que tá próximo do seu aluno. Então o que eu acho que por exemplo essas aulas por plataforma não possibilitam, criar esse vínculo professor aluno por exemplo sabe. É uma coisa muito mais superficial assim, por justamente serem aulas muitas vezes muito objetivas, tu não consegue também conhecer... além de conhecer teu aluno, tu ter trocas com ele sabe, então acho que é sempre uma aula muito conteudista, o que eu também sou contrária sabe, não gosto de aula conteudista assim. Então tudo que eu busco não fazer quando eu dou dando aula eu acabei tendo que fazer por trabalhar nessas plataformas sabe, que é isso assim, não poder conhecer meu aluno, não poder preparar minha aula baseada na realidade desse aluno, no que interessa pra ele, o que que vai fazer sentido sabe. Enfim, eu sinto que isso que ta acontecendo com a nossa profissão ta realmente transformando ela no que é a lógica neoliberal assim sabe”.

Nicolý apresenta outro caminho possível de crítica, que não havia sido explorado de forma tão explícita até então pelos entrevistados. Diz respeito ao sucesso das plataformas e a má qualidade do ensino na educação básica:

Nicolý: “Eu acho que a educação tem muito a ver com conseguir compreender o mundo que tá ao teu redor, e eu me vejo como professor pra tentar ajudar nesse processo de entendimento (...) **E como tu vê as plataformas dentro dessa tua concepção?** Acho também que as plataformas escancaram o problema da educação de que na verdade no mundo ideal eu acho que as pessoas não precisariam ter que ir atrás de professores particulares, porque a escola deveria ser o suficiente pra ensinar a galera. E fica bem nítido como... até pela quantidade de... como eu tive vários alunos ao longo desse anos que to dando aula, sempre tem muita procura, quer dizer que tem algum problema nas escolas. Eu acho que tudo isso fica mais nítido quando a gente observa o sucesso das plataformas. Então acho que tem essas questões assim. É bom porque sempre vai ter... enquanto não tiver um ensino de qualidade que as pessoas realmente aprendam, vai ter essa necessidade, então, é bom que as plataformas facilitam esse acesso, mas também elas escancaram alguns problemas que a gente já sabe que existe”.

Por fim, Maria Eduarda foi a única entrevistada citada neste subitem que manteve uma visão mais positiva do surgimento das plataformas nas duas esferas: na vida pessoal e no contexto educacional geral:

Maria Eduarda: “Acho que educação é um conceito muito amplo, pra conseguir definir assim. Acho que tem... vai muito pra além do que é aprender dentro de um conteúdo específico, pra uma prova específica, ou dentro de um curso ou dentro de uma cadeira, vejo a educação muito maior do que isso. Mas acho que na questão do ensino, talvez pegando mais esse recorte na educação, acho que pro ensino tem uma democratização do acesso, né, por exemplo: a pessoa em vez de fazer um cursinho pré vestibular de uma matéria específica, né, vai pagar um cursinho pré vestibular só de biologia. Isso vai ser muito mais caro do que ter aula comigo uma vez por semana, né, online. Então, acho que também facilita o acesso das pessoas, não só ao ensino, mas também a entrada dentro da faculdade, enfim, o acesso a instituições de ensino também. Então nesse sentido é muito produtivo, e também por ter essa coisa de eu poder ter um aluno sei lá do Rio Grande do Norte. Transpõe ali certas barreiras. Eu geralmente tenho aulas da região sudeste, porque lá é muito mais caro, e eu cobro uma aula mais barata. (...) então tem muitas coisas boas associadas”.

3) Diferenças na relação professor-aluno dentro e fora das plataformas:

Neste último subitem, que diz mais respeito à pergunta seis do roteiro (Como é sua relação com o aluno da plataforma X em comparação com o aluno do lugar X), é possível perceber que a resposta de alguns dos entrevistados foi um mescla de experiências subjetivas com análises sobre o contexto educacional mais geral. William, por exemplo, começa refletindo sobre as diferenças que existem entre os seus alunos da plataforma e os seus alunos do ensino básico no estado. À medida que tece sua argumentação sobre sua experiência prática, passa a refletir sobre o lugar social que a escola ocupa, sobre o novo ensino médio e, também, sobre desigualdades sociais no cotidiano escolar:

William: “Cara eu vou te dizer o seguinte: o aluno que me preocupa na plataforma vai ser tecnicamente mais fácil dar aula. Primeiro porque é só um aluno geralmente, então tu consegue... tua aula é muito bem direcionada. Ele vai te dizer a dificuldade e tu vai dar aula. O aluno do estado cara é mais foda porque ele não quer ta ali. Cara tu vê nitidamente assim, até com essas disciplinas toscas que tem ai, que é mundo do trabalho, projeto de vida, essas disciplinas idiotas, o que rola por aí, sabe. E tipo, umas coisas ridícula assim. Aí os caras deixam de ter filosofia, educação física. Então já ta... não to dizendo que o que a gente tinha antes era bom, era uma

porcaria, só que o que a gente tem hoje com esse novo ensino médio é duzentos e cinquenta vezes pior. Tipo eu sinto que eu to indo pra escola dar aula pra deixar os meus alunos mais burros assim, sabe. Mas qual é a diferença pra esses dois alunos cara. A diferença é o seguinte: o cara da plataforma ele tem um objetivo, geralmente é vestibular ou concurso publico. Então é um aluno que vai prestar atenção, que vai te dar atenção, os pais vão ter interesse em pagar, os pais vão se envolver, vão perguntar como é que foi a aula, então além de tu acompanhar o aluno, o pai acompanha. Agora, o aluno do estado cara, eles não querem ta na escola, por vários motivos né. Porque a escola é uma merda cara, então, não tem como eu chegar e dizer pro meu aluno que ele tem que gostar da escola, que ele tem que tá ali, se quando eu estudava eu também não gostava. Então eu to sendo incoerente comigo mesmo. Só que a questão do aluno não é nem por preguiça, é que é difícil da aula pra aluno pro estado porque geralmente são alunos mais precários cara, de famílias mais precárias. Sempre falam pra mim meus colegas “ahh porque a educação muda tudo, porque a educação é importante” não sei o que. Eu já parto de outro principio meu. Pra mim tem uma coisinha que vem antes da educação, que pra mim é a questão da alimentação ta ligado. Porque meu, como é que tu vai chegar e vai querer que o cara aprenda matemática, estatística básica, equação do primeiro grau, matrizes e coisa se o cara nem se alimenta direito entendeu. Então o cara, quando chega perto da hora da merenda já fica te dizendo “professor e a merenda? O que vai ter de merenda? Não vão chamar a gente?” Então tem isso né. Tem a questão de infraestrutura às vezes, porque às vezes a gente chega e fala “ah da o trabalho, faz em casa”. Aí tu vai ver meu, o guri, o aluno mora num esgoto a céu aberto, não tem saneamento básico, a casa tem duas três peça, seis pessoas dentro de casa, criança correndo. Meu como é que eu vou cobrar esse cara “ahh tu tem que ir bem na minha disciplina, tu tem que passar”. Então ba no estado é foda cara, é fudido, é só guerreiro mesmo assim. Então além de tu ter que enfrentar os problemas do próprio aluno, tu tem que enfrentar os problemas do próprio estado. Tipo essa reforma do ensino médio, é o aumento que não tem dão, é essa coisa agora das recuperações que eles ficam forçando aprovação né. Isso é uma merda. Então tu tem que enfrentar tudo isso dai cara. (...) Cara eu não sei se o objetivo deles é acabar com a classe, acabar com os professores, eu não sei o que os caras tão tramando, qual é o objetivo deles né. Mas que ta ruim ta. Então a diferença, volto a dizer cara, é essa daí sabe”.

Outro ponto relevante apresentado pelos entrevistados quanto às diferenças da relação professor-aluno dentro e fora da plataforma foi os impasses produzidos pela aula realizada de forma virtual:

Guilherme: “Muitas vezes quando a gente vai ter uma aula, a gente acaba não ligando o vídeo, fica só no áudio, e daí tu não tem ali o contato da expressão, tu não vê... uma coisa que eu meço muito nos alunos é olhar pra cara deles, se eles tão gostando ou se não tão gostando, e isso a gente não consegue fazer online. E mesmo que esteja com o vídeo ligado, é tão dinâmico o negócio que tu perde um pouco desse contato interpessoal né, físico, e isso (...) Então acho que isso acaba se perdendo um pouco na plataforma online. Isso vai ser um ponto que a gente vai ter que encontrar uma forma de contornar isso. E isso é o que a parte presencial tem de melhor, né, é essa dinâmica que a gente consegue ter com os alunos”.

Entretanto, a principal questão levantada pelos entrevistados diz respeito às diferenças na relação professor-aluno que o formato da aula particular e das plataformas produz:

Kaleb: “Então, com a plataforma, como te disse, tive contato com uma aluna. Minha relação com ela é muito profissional. Na plataforma a gente trabalha de forma individual, então eu tenho que focar em fazer um plano de ensino focado no aluno. O meu objetivo ali, como to sendo pago para aquele aluno para fazer aquilo... então tem que fazer um plano método que tem que ir de encontro com as dificuldades do aluno. Então na plataforma minha relação é mais profissional. E a gente fica amarrado por tempo, porque o aluno paga por tempo. (...) Na educação

presencial, a relação é outra. Exatamente por conta dessa troca social, o professor ele chega na sala de aula, ele tem um contato com o aluno, ele o conhece mais intimamente, vamos dizer assim. Ali o contato é muito mais proveitoso, você consegue ver as dificuldades, as vezes você tem uma conversa extra com o aluno na sala de aula. Você consegue sentir quais são os outros problemas do aluno além da educação. Então você vai tecendo métodos diferentes. (...) Então a diferença é grande. Em termos de troca, no nível presencial é bem mais benéfica. Eu consegui ver assim “essa turma precisa disso, a outra isso”, na plataforma é bem diferente, é um contato mais pessoal”.

Nicolý: “No cursinho, como a gente tem uma educação popular, a nossa relação com o aluno vai muito além de só ensinar o conteúdo. Então a gente sabe sobre a vida daquele aluno e tenta fazer com que... ajudar ele pra que a maior preocupação da vida dele seja estudar. Enquanto pro aluno da plataforma, já é uma pessoa que tem condições, normalmente tem tempo pra estudar, enfim, tem uma vida mais tranquila. Então não tem tanto essa preocupação, quanto tem com os alunos do cursinho. (...) Claro que os alunos da plataforma é uma coisa muito mais comercial né. Porque tu tá ali prestando um serviço que a pessoa, ou provavelmente o pai da pessoa, ta te pagando pra fazer. E acho que no cursinho tu tem mais liberdade pra fazer uma educação de uma forma mais crítica, enquanto na plataforma eu me sinto mais limitada, porque tu da dando aula e a cinco metros tem uma mãe cuidando o que eu to falando. Então eu acho que na plataforma eu me sinto muito mais como alguém que ta indo ali prestar um serviço e vou embora. Ai no cursinho a gente é mais... tem mais afeto assim, tem mais crítica, tem mais luta pra, sei lá, fazer os jovens saírem dali realmente entendendo não só a química, física e matemática, mas o mundo ao redor deles. Tem uma relação mais, não sei, é um pouco mais intensa, eu acho, do que com o aluno da plataforma que eu vou ver uma ou duas vezes, e to ali pra prestar o serviço. Acho que tem isso, essa diferença. Ali to sendo pago pra fazer aquilo e é isso”.

Camila: “Eu acho que é isso assim, de tipo, não conseguir conhecer eles nem criar esse vínculo nem, enfim, conseguir preparar aulas que não sejam conteudistas sabe. Nas plataformas tu vai preparar aulas baseado no que o teu aluno tá precisando naquele momento de urgência e vai ser isso assim sabe. Claro que às vezes tem professores que conseguem manter uma periodicidade maior assim de aula né. Então, por exemplo, essa minha amiga que eu te comentei, ela já ficou as vezes um ano inteiro dando pra um aluno que achou ela no Superprof. Então tipo, dependendo da experiência pode ser que a pessoa possa te responder outra coisa, mas no meu caso sempre foi de urgência sabe”.

Nicolý e Kaleb ressaltam que a relação professor-aluno nas plataformas se dá de forma muito mais profissional e comercial. Ou seja, semelhante à prestação de um serviço como qualquer outro. Esta relação estabelece um vínculo comercial entre o professor e o aluno, de forma a passarem a agir como um prestador de serviço, de um lado, e um cliente, de outro. O estabelecimento deste vínculo comercial pode criar barreiras para o desenvolvimento de um vínculo puramente educacional, já que existe, nesta relação professor-aluno, a expectativa de que o serviço pelo qual o docente foi contratado seja realizado. Esta expectativa fica bastante evidente na fala de Nicolý, que diz se sentir limitada lecionando nas plataformas, já que os pais dos alunos-cliente podem estar junto ouvindo tudo que o docente fala.

Neste ponto é necessário lembrar: obviamente, esta lógica mais comercial não é uma característica específica das plataformas de aula particular, e sim do funcionamento das aulas

particulares como um todo. Porém, logo depois que Camila terminou sua fala sobre as diferenças na relação professor-aluno dentro e fora das plataformas, fiz à ela a seguinte pergunta: “tu acha que essa falta de proximidade é uma característica da aula particular ou da aula particular através das plataformas?”. Sua resposta pode nos ajudar muito a compreender que relações se modificaram com surgimento das plataformas de aula particular para além das relações que já existiam neste universo de ensino.

Camila: “Acho que pode ser uma característica da aula particular sim, porque eu acho que, por exemplo, quando eu era criança tinha uns lugares, não sei se ainda existe, que eles eram só para aula de reforço assim, que daí as pessoas pagavam também. Então sim, são características das aulas particulares, mas eu acho que as plataformas criam... deixam mais forte essa lógica de mercado, de tipo tu tá trabalhando pra aquela pessoa, sabe. Nesse sentido de, enfim, tu tem que dá literalmente o que a pessoa te solicitou ali, tu não pode tentar algo diferente (...) Porque enfim, tu tem que entregar o que ela te demandou. Fora aquilo que eu te falei de ser empreendedor de si, sabe, daí isso eu acho que é lógica de plataforma mesmo, de se vender sabe. Mas sim, algumas coisas que eu trouxe é de aulas particular, com certeza, apesar de que a plataforma tem esse diferencial de tu ter que correr atrás de visibilidade, sabe”.

Estes basicamente foram os dados que coletei através das sete entrevistas semi-estruturadas. A continuação, cabe analisar o que foi coletado, visando compreender o perfil sócio-profissional dos docentes que trabalham em plataformas de aula particular, suas condições de trabalho e se o surgimento das plataformas de aula particular precarizaram ou não o trabalho dos docentes deste universo de ensino.

CAPÍTULO 3

E aí, flexibilização, uberização ou plataformização?

Como foi possível perceber ao longo da exposição dos dados, há muito a ser analisado. Com o objetivo de facilitar tanto a análise quanto a redação e leitura deste capítulo, vou dividi-lo a partir dos mesmos eixos temáticos trabalhados no capítulo anterior, analisando-os um por vez. Nesse sentido, a divisão desta terceira parte do trabalho será semelhante a da segunda: Eixo 1 (seção 3.1) – perfil, formação profissional e trajetória docente, Eixo 2 (seção 3.2) – motivações para o ingresso nas plataformas, Eixo 3 (seção 3.3) – condições de trabalho e funcionamento das plataformas e Eixo 4 (seção 3.4) – reflexões dos entrevistados sobre plataformas e educação.

3.1: perfil, formação profissional e trajetória docente

O primeiro ponto fundamental a ser considerado nesta seção, mas que também serve para as demais, é referente ao alcance desta pesquisa. Obviamente, meu objetivo aqui não é esgotar o debate e nem produzir grandes conclusões sobre o perfil sócio-profissional dos docentes que trabalham em plataformas de aula particular, muito menos quanto a suas condições de trabalho. Afinal, seria ingênuo acreditar que sete entrevistas semi-estruturadas seriam suficientes para identificarmos de forma sólida quem são estes profissionais e como estão vivendo. Nesse sentido, meu objetivo com as análises que virão é justamente o oposto do esgotamento do debate. Trata-se de uma contribuição teórica e empírica de tipo exploratório para estimular cada vez mais o necessário debate sobre as plataformas de aula particular e, de forma mais geral, sobre a uberização na educação no Brasil. É isto que está em jogo neste trabalho. E não poderia ser diferente, na medida em que a compreensão de processos sociais tão complexos quanto este só pode ser feito de forma sólida a partir de muitas mãos. E já está sendo feito, tanto aqui, quanto em tantos outros trabalhos, alguns deles até revisados no capítulo um desta pesquisa. Sendo assim, passemos agora à análise do eixo 1.

No primeiro capítulo deste trabalho de conclusão de curso, revisei duas pesquisas que, dentro outros pontos, tinham como objetivo compreender o perfil sócio-profissional dos docentes que trabalham em plataformas de aula particular. Estou me referindo às pesquisas de Lopes (2021) e Schaefer (2020). É bastante necessário e proveitoso lembrarmos brevemente os resultados de cada pesquisa, para que seja possível identificar semelhanças e diferenças no perfil encontrado por mim e o encontrado por eles.

Lopes (2021) realizou um questionário com vinte e oito docentes que trabalham na Superprof ou na Profes, todos de sociologia. Em seu questionário, havia as seguintes variáveis: formação profissional, região, escolaridade, gênero e profissões paralelas. Já na pesquisa de Schaefer (2020), houve também a aplicação de um questionário, porém para docentes de qualquer disciplina. Onze responderam a pesquisa, que teve as seguintes variáveis: raça, idade, gênero, renda familiar e formação profissional. Para facilitar a comparação dos resultados destas pesquisas com a que está sendo realizada neste trabalho, produzi a tabela abaixo:

	Lopes (2021)	Schaefer (2020)	Esta pesquisa
Número de docentes	28 docentes (sociologia)	11 docentes	7 docentes
Idade	-	Entre 19 e 38 anos	Entre 26 e 34
Sexo/Gênero	15 homens e 13 mulheres	5 homens e 6 mulheres	3 homens e 4 mulheres
Raça	-	11 pessoas brancas	4 pessoas brancas, 2 pardas e 1 negra
Renda	-	De 4 a 10 salários mínimos (renda familiar)	1 a 7 salários mínimos (renda individual)
Escolaridade	4 doutores, 1 mestre, 8 pós graduados (especialização), 11 graduados, 2 graduandos e 2 nenhuma	10 graduados (maioria pós graduada) e 1 graduando	1 pós doutorando, 3 doutorandos, 1 mestre e 2 graduandos
Área de formação (graduação)	História (10), Ciências sociais (9), Administração (1), Direito (3), Psicologia (1), Música (1), Filosofia (1) e não informado (2).	-	Física (3), Engenharia civil (1), Engenharia química (1), Ciências Biológicas (1) e Ciências Sociais (1)
Região	São Paulo (11), Minas Gerais (4), Rio de Janeiro (3), Paraná (2),	-	-

	Rio Grande do Norte (2), Bahia (2), Rio Grande do Sul (1), Santa Catarina (1), Pará (1) e Maranhão (1).		
--	---	--	--

Tabela 3: Comparação entre os perfis encontrados em cada pesquisa

Como se pode ver, a análise das semelhanças e diferenças dos perfis sócio-profissionais captados nas três pesquisas passa por um grande empecilho: as diferentes variáveis utilizadas. Das sete variáveis (idade, gênero/sexo, raça, renda, escolaridade, área de formação e região), apenas duas (gênero/sexo e escolaridade) estão presentes nas três pesquisas. De qualquer forma, mesmo com estes empecilhos, é possível tecer algumas conclusões. A primeira delas é quanto a idade dos docentes, uma variável presente na pesquisa de Schaefer (2020) e nesta. A amplitude de idades na de Schaefer (2020) é um pouco maior. Entretanto, é possível perceber que em ambas as pesquisas, as idades dos docentes estão entre 19 e 38 anos, um dado que pode começar a nos indicar de forma mais sólida a faixa etária dos docentes que trabalham em plataformas de aula particular.

Outro dado relevante, e talvez um dos mais importantes, é sobre o sexo/gênero. Nas três pesquisas, a quantidade de homens e mulheres é extremamente parecida. Este é um dado bastante curioso, pois difere muito do que ocorre na educação básica. Segundo o censo escolar de 2022 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2023), as mulheres representam 79,2% dos docentes de escolas regulares, técnicas e Educação para Jovens e Adultos (EJAs). Desta diferença entre a quantidade de homens e mulheres nas plataformas e no ensino básico, podemos concluir que o perfil sócio-profissional dos docentes que trabalham em plataformas de aula particular não é mera extensão do perfil docente que se tem na educação básica. Isto demonstra que o perfil dos docentes em plataformas possui suas especificidades, que podem se aproximar ou se distanciar do perfil de outras esferas da educação no Brasil.

O terceiro dado interessante é o racial. Apesar de nesta pesquisa termos certo equilíbrio entre brancos e pardos/negros, os onze docentes da pesquisa de Schaefer (2020) se auto-declararam brancos. Esta diferença considerável entre as duas pesquisas e o não aparecimento da variável raça na pesquisa de Lopes (2021), nos impede de tirarmos conclusões sólidas quanto ao perfil racial dos docentes que trabalham em plataformas de aula particular.

Quanto à renda: nesta pesquisa, utilizei como variável a renda individual. Já Schaefer (2020), utilizou a renda familiar. Isto produziu uma diferença considerável na quantidade de salários mínimos expostos por cada pesquisa. Entretanto, se a renda familiar dos docentes em Schaefer (2020) foi de 4 a 10 salários mínimos, é bastante razoável supor que suas rendas individuais são inferiores a esta média apresentada, podendo se aproximar da média que encontrei em minha pesquisa: de 1 a 7 salários mínimos. Esta aproximação é um dado que pode começar a nos indicar qual o perfil sócio-econômico dos docentes que trabalham nas plataformas de aula particular.

O quarto ponto é referente à escolaridade. Nas três pesquisas, é possível perceber um alto nível de escolarização. Parte considerável dos docentes dos três estudos é pós-graduado ou está cursando a pós-graduação. Este é um dado relevante na medida em que identifica um padrão no perfil desses profissionais. Um padrão, entretanto, razoavelmente previsível, na medida em que a docência é uma profissão que exige o ensino superior.

O quinto e último ponto que considero relevante neste exercício de comparação dos dados de cada pesquisa é a relação entre renda e escolaridade. Apenas cinco dos quarenta e seis docentes entrevistados nas três pesquisas (28 em Lopes (2021), 11 em Schaefer (2020) e 7 neste trabalho de conclusão) não possuem a graduação completa. Isso significa que quarenta e um docentes entrevistados já possuem o ensino superior. Segundo o Mapa do Ensino Superior 2019, elaborado pela SEMESP (2019), a média salarial de quem possui ensino superior completo no Brasil é de R\$ 6.072,00. Este valor, entretanto, não condiz com a média salarial dos docentes que entrevistei. Como dito na seção 2.1, a média salarial dos sete docentes entrevistados é de 3,21 salários mínimos, o que, hoje, em reais, é equivalente a R\$ 4.237,20, 30,22% a menos do que a média salarial do brasileiro com ensino superior. Obviamente, essa defasagem no salário docente não está presente apenas dentro das plataformas de aula particular (OLIVEIRA, 2019). Entretanto, o relevante aqui é justamente o fato de esta defasagem se apresentar também dentro das plataformas. Diferentemente do gênero/sexo, parece a ver, no quesito renda-escolaridade, certa correspondência entre a realidade apresentada nas plataformas de aula particular e a apresentada na educação básica.

A partir destes pontos analisados, podemos traçar algumas conclusões mais gerais sobre o perfil sócio-profissional dos professores e professoras que trabalham em plataformas de aula particular. Levando em consideração esta pesquisa, a de Lopes (2021) e a de Schaefer (2020), é possível concluir que o perfil sócio-profissional dos docentes que trabalham em plataformas de aula particular é composto igualmente por homens e mulheres, quase sempre

graduados (as) e pós-graduados (as), com uma média de salarial de 3 a 3,5 salários mínimos e que integram a faixa etária dos 20 e 40 anos.

3.2: motivações para o ingresso nas plataformas

Até então, foram analisadas variáveis como idade, raça, gênero/sexo, renda, escolaridade e etc na tentativa de esboçar o perfil sócio-profissional dos docentes que trabalham em plataformas de aula particular no Brasil. Entretanto, há uma variável de extrema importância que ainda não foi considerada, e que nos permite conectar a análise do perfil sócio-profissional docente com suas condições de trabalho. Refiro-me às motivações para o ingresso nas plataformas.

Como exposto na seção 2.2 desta pesquisa, cinco dos sete entrevistados ingressaram nas plataformas por necessidade financeira. Kaleb e Maria Eduarda ingressaram nas plataformas para complementar suas rendas. Já Nicolý, Stephani e Camila, ingressaram com o objetivo de utilizar as plataformas como renda principal. William e Guilherme, por outro lado, tiveram outras motivações. William ingressou para conseguir lecionar a disciplina que é formado – física – já que no colégio em que trabalha leciona matemática. Guilherme, como já trabalhava com aulas particulares, ingressou nas plataformas para aumentar sua rede de “clientes-alunos”.

Estes dados ficam muito mais relevantes quando comparamos com as motivações para o ingresso na plataforma apresentadas nas pesquisas de Lopes (2021) e Schaefer (2020). Recorrerei novamente ao uso de uma tabela, para facilitar a comparação.

	Lopes (2021)	Schaefer (2020)	Esta pesquisa
Número de docentes	28 docentes (sociologia)	11 docentes	7 docentes
Motivações para o ingresso nas plataformas	12 docentes possuem outra fonte de renda além da plataforma. Os outros 16 não informaram	8 docentes utilizam a plataforma para complementar renda, 2 para aumentar a experiência e 1 para divulgar o conhecimento	2 utilizam a plataforma para complementar renda, 3 utilizam a plataforma como renda principal, 1 para aumentar a rede de “clientes-alunos” e 1 para lecionar física

Tabela 4: Comparação das motivações para o ingresso nas plataformas em cada pesquisa

Antes de iniciarmos as comparações, é preciso fazer uma ponderação. Em sua pesquisa, Lopes (2021) não pergunta aos docentes especificamente suas motivações para o ingresso nas plataformas. A pergunta que ele faz é referente à renda, ou seja, se o docente possui ou não outra renda além da gerada através das plataformas. Nesse sentido, é bastante possível que a motivação para o ingresso na plataforma dos doze docentes que possuem outra fonte de renda não seja necessidade financeira. É o caso de William. Ele possui outra fonte de renda e sua motivação não estava atrelada à necessidade de complementar seu salário. De qualquer forma, a primeira conclusão que podemos tirar comparando as três pesquisas é que parte considerável dos docentes que trabalham em plataformas de aula particular possui outras fontes de renda além das plataformas. Dos 46 docentes entrevistados (28 de Lopes (2021), 11 de Schaefer (2020) e 7 desta pesquisa), vinte e quatro (12 de Lopes (2021), 8 de Schaefer (2020) e 4 desta pesquisa) possui outra fonte de renda – penso que vinte e quatro é um número bastante significativo, principalmente considerando que não sabemos qual a situação dos 16 “não informados” na pesquisa de Lopes (2021). Caso soubéssemos, é bastante razoável supor que este número (vinte e quatro) chegaria bem mais próximo do número total de docentes entrevistados.

Agora quanto às motivações em si: como já dito, a partir dos dados da pesquisa de Lopes (2021), não podemos inferir quais foram as motivações para o ingresso nas plataformas dos doze docentes que afirmaram ter outra fonte de renda. Por isso, neste momento de análise das motivações, terei de me restringir a esta pesquisa e a de Schaefer (2020). Comparando-as, há um padrão que chama a atenção. Dos dezoito docentes (11 de Schaefer (2020) e 7 desta pesquisa), treze ingressaram nas plataformas de aula particular por necessidade financeira. Este dado já começa a nos revelar alguns aspectos importantes, tanto do perfil sócio-profissional dos docentes, quanto sobre suas condições de trabalho.

Vimos na seção 3.1 que professores e professoras com nível superior ganham 30,22% menos do que a média salarial de indivíduos que possuem graduação. A baixa remuneração na carreira docente com certeza é um fator que nos explica as motivações dos professores e professoras ao ingressarem na plataforma, principalmente se o objetivo estiver relacionado à obtenção de uma renda extra. Entretanto, apesar da baixa remuneração ser um fator importante, é apenas mais um sintoma de um processo social maior que ocorre hoje na educação: a sua precarização estrutural. Da mesma forma que o aumento do desemprego no Brasil produz um aumento de trabalhadores informais e muitas vezes uberizados (ABÍLIO, 2019), a precarização sistemática da educação básica impulsiona o crescimento de

plataformas educacionais, neste caso de aulas particulares. É justamente neste ponto que as duas frentes de ação do capital na educação básica, vistas no capítulo 1, se manifestam.

Esta correlação entre a precarização intencional da educação pública para o benefício dos setores da educação privada fica bastante evidente quando analisamos os casos de Maria Eduarda, Camila e William. Como visto na seção 2.2, as plataformas não foram para Camila e Maria Eduarda a primeira opção para a garantia de uma renda dentro do trabalho docente. A Superprof e a Profes passam a ser vistas como uma solução apenas no momento em que ambas não conseguem emprego na educação básica. Focando na rede de ensino pública, a dificuldade de um docente estar empregado neste setor está muito ligada à falta de concursos públicos. Esta falta de concursos públicos para docentes atuarem no ensino básico, é um exemplo dessa precarização estrutural, que leva esse “exército educacional de reserva”, como Camila e Maria Eduarda, às plataformas de aula particular.

O caso de William também é bastante ilustrativo, e conversa com a trajetória de Camila e Maria Eduarda. Apesar de William não ter ingressado nas plataformas por necessidade financeira, sua motivação estava ligada a falta de oportunidades para lecionar o que foi formado para lecionar: física. Não conseguir dar aulas na disciplina de sua formação é outro sintoma da precarização da educação básica. Sintoma que, inclusive, se manifesta principalmente dentro das disciplinas das humanidades, e que tende a se intensificar consideravelmente com a implementação do “novo” ensino médio (FARIAS, 2017).

Portanto, não só a falta de oportunidade para lecionar em si, mas a falta de oportunidade de lecionar a disciplina de sua formação é também um sintoma desta precarização estrutural do ensino, que, assim como Camila e Maria Eduarda, impulsionou William a ingressar nas plataformas de aula particular.

O terceiro ponto a ser analisado sobre as motivações dos docentes no uso das plataformas diz respeito à falta de estabilidade financeira. Nenhum dos sete entrevistados possui esta estabilidade. Kaleb, Maria Eduarda e Nicolý são doutorandos. Assim que seus respectivos doutorados acabarem, suas principais fontes de renda deixam de existir. O mesmo ocorre com Guilherme. Sua renda é fruto da bolsa de pós-doutorado e seu salário como professor substituto na escola de engenharia da UFRGS. Tanto a bolsa quanto o cargo de professor substituto possuem prazo de término. Já William, apesar de lecionar no ensino básico, não é um docente concursado. Possui contrato temporário. Quanto a Stephani e Camila, suas rendas principais são fruto do trabalho com aulas particulares, o que também não as permite ter estabilidade. E o que esta constatação significa? Que, para parte destes sete entrevistados, a frequência de uso das plataformas de aula particular parece estar vinculada ao

nível de estabilidade financeira adquirido em cada momento da vida. Esta correlação é bastante perceptível no relato de alguns dos entrevistados:

Guilherme: “Então eu tive que me manejar ali pra tá a disposição né, porque eu fiquei ali com bastante dificuldade, porque eu tava só com a bolsa na pandemia, e eu precisava de dinheiro para pagar as contas né. Então eu tive que me agenciar ali pra conseguir dar a aula, Então na hora da pandemia, eu trabalhava assim no momento que me chamasse. Então assim, dava um intervalo de duas, três horas e muitas vezes eu iniciava uma aula, marcava uma aula pro dia seguinte. Tinha dias que eu dava assim cerca de... teve um dia que eu dei cinco aulas de duas horas, trabalhei 10 horas num dia. Então esse foi o período de assim, demanda, onde que eu mais trabalhei. Hoje em dia, em função do doutorado e das aulas que eu ministro, eu boto como encaixe, ali entre os períodos que eu saio daqui da PUCRS, ou os períodos que eu... antes da minha aula na UFRGS, eu atendo alguns alunos, mas geralmente de noite pra encaixar na rotina de aula na faculdade e pós-doutorado”.

William: “Mas eu uso a plataforma pra dar essas aulas mais livres que eu gosto (...) e se um dia eu precisar de grana e dinheiro eu sei que tem essas aí que te ajudam nisso, é mais uma questão de... recurso assim sabe”.

Nicolý: “Agora eu to usando menos (...) Agora que eu to fazendo o doutorado e a licenciatura eu to com menos tempo né. E como no doutorado eu consegui bolsa, então eu tenho uma renda que é ok pra eu viver ne. Ai eu pensei “ba vou aumentar meu preço, pra diminuir a quantidade de pedidos de aula”.

Agora que o perfil sócio-profissional dos docentes e suas motivações para o ingresso nas plataformas já foram analisados, vamos à análise do funcionamento das plataformas e as condições de trabalho dos professores e professoras.

3.3: condições de trabalho e funcionamento das plataformas

No primeiro capítulo deste trabalho de conclusão de curso, apresentei as referências bibliográficas que analisaram o funcionamento das plataformas de aula particular. A pesquisa de Lopes (2021), que também esboçou um perfil sócio-profissional dos docentes, realizou esta análise do funcionamento das plataformas. Sua conclusão foi de que existem basicamente dois modelos gerais de funcionamento: no primeiro, a plataforma serve como um “quadro de anúncios”, em que o docente paga para ser divulgado. Neste modelo, a plataforma não interfere no pagamento das aulas. O aluno e o professor acertam as contas de forma independente. Na segunda forma de funcionamento, o docente não precisa pagar para ingressar na plataforma. Entretanto, ela fica com uma porcentagem do valor da aula estabelecido entre o professor e o aluno.

À medida que fui descobrindo como cada plataforma funcionava, busquei compreender em que modelo de funcionamento a Superprof, Profes, Getninjas e a Class for

You se enquadravam. O interessante é que apenas a Class For You se adequou plenamente a algum dos dois modelos descritos por Lopes (2021). Como vimos, trata-se de uma plataforma que serve como um “quadro de anúncios”, em que o docente precisa pagar para ser divulgado. Nesse sentido, o funcionamento da Class For You corresponde ao primeiro modelo. Seria possível também, até certa medida, encaixar a Superprof neste modelo, já que funciona basicamente como um “quadro de anúncios”. Entretanto, quem paga para ter acesso à plataforma não é o professor, mas sim o estudante. Algo que difere do primeiro modelo apresentado por Lopes (2021). A Profes e Getninjas, por outro lado, possuem certa correspondência com o segundo, na medida em que o docente não paga para ingressar na plataforma e ela fica com uma taxa do valor da aula. Entretanto, ha divergência substancial entre o segundo modelo e o funcionamento da Profes e da Getninjas. Nestas, o docente é obrigado a comprar o direito de resposta para se comunicar com os alunos. Além disso, como já vimos, o aluno não escolhe de imediato um professor específico, como na Superprof. Ele solicita uma aula sobre um tema. Esta solicitação é enviada para todos os professores que possuem a competência necessária. Alguns docentes vão gastar seu direito de resposta para atender à solicitação. Neste momento, o aluno escolhe um professor dentre todos os que o enviaram mensagens para ele.

Imagino que a proposta de Lopes (2021) ao elaborar estes dois modelos seja captar os elementos mais gerais das estruturas de funcionamento do conjunto de plataformas que já existem hoje no Brasil. E, de fato, se pensarmos em termos mais gerais o funcionamento da Superprof, Profes e Getninjas, é possível enquadrá-las nos modelos propostos. Entretanto, faço questão de contrastar esta proposta de visão geral com a visão que considera as especificidades de cada plataforma para demonstrar o seguinte: apesar de estes modelos gerais serem importantes, não são suficientes para compreendermos a fundo as dinâmicas de trabalho estabelecidas dentro das plataformas. Isto porque, como vimos na seção 2.3, as especificidades de cada estrutura de funcionamento produzem um conjunto específico de relações, que vão impactar de formas diferentes as condições de trabalho dos docentes. São justamente estas nuances, tão fundamentais, que uma visão geral não consegue captar. Assim sendo, é a partir da análise das especificidades de cada estrutura de funcionamento que será possível adentrar na discussão central deste terceiro eixo: plataformas de aula particular e condições de trabalho docente. Para iniciar esta discussão, é fundamental retomar as categorias de flexibilização, uberização e plataformização. Vamos a elas.

No primeiro capítulo desta pesquisa, apresentei os dois caminhos de interpretação das categorias flexibilização, uberização e plataformização que estão presentes até o momento na

literatura científica. Aqui vai uma breve retomada: o primeiro caminho categoriza a uberização como um processo sistemático de produção de informalidade e precarização das condições de trabalho e dos regimes de contrato iniciado nos anos 80. A plataformização, por sua vez, seria entendida como o ponto até então mais elevado deste processo, subordinando os trabalhadores informais através de uma plataforma que gere a demanda. Já o segundo caminho categoriza a flexibilização como este processo iniciado nos anos 80 de produção sistemática de informalidade e precarização das condições de trabalho e dos regimes de contrato. A uberização, por sua vez, seria vista como um aprimoramento da flexibilização, subordinando o trabalho sob demanda a um gerenciamento algorítmico. Os dois caminhos são interessantes, mas não nos permitem realizar uma distinção considerável entre as três categorias. No primeiro, fica difícil de diferenciar uberização de flexibilização. No segundo, fica difícil de diferenciar uberização de plataformização. Buscando apresentar uma alternativa, propus um terceiro caminho, baseado na seguinte afirmação: todo trabalho uberizado está plataformizado, mas nem todo trabalho plataformizado está uberizado. Ou seja, a uberização aqui é entendida como um aprimoramento da flexibilização através de novas tecnologias e estratégias para a subordinação do trabalho sob demanda. Estas novas tecnologias e estratégias são as plataformas. Por isso, todo trabalho que é uberizado, passou pela plataformização. Entretanto, é possível que existam trabalhos hoje que, ao serem plataformizados, não passaram por um aumento da precarização e informalidade. Neste caso, estaríamos falando de um trabalho plataformizado, mas que não é uberizado.

Como já dito no primeiro capítulo, analisar o processo de plataformização do universo das aulas particulares, bem como as condições de trabalho docente neste ramo, tem como um dos objetivos compreender se esta terceira alternativa de definição das categorias possui lastros na realidade empírica. Nesse sentido, a pergunta chave que guiará este terceiro eixo é a seguinte: o surgimento das plataformas de aula particular produziu um aumento da informalidade e da precarização das condições de trabalhos dos docentes que lecionam aulas particulares?

Para começar a responder esta pergunta, é necessário fazer algumas ressalvas quanto a categoria de informalidade. Segundo Ricardo Antunes (2011), existem quatro tipos de trabalhadores informais: os “trabalhadores informais tradicionais”, que prestam um serviço e possuem seus meios de produção (costureiros, pedreiros, jardineiros, carroceiros e etc), os “temporários”, que foram demitidos e estão trabalhando temporariamente de maneira informal, os “trabalhadores informais assalariados sem registro”, que são contratados por uma

empresa, mas não possuem carteira de trabalho assinada e, por fim, os “trabalhadores informais por conta própria”, que montaram um pequeno negócio próprio.

A partir destes tipos de trabalhos informais, busquei compreender em qual dos quatro tipos os sete docentes que entrevistei se enquadravam. Nesta tentativa, percebi algo interessante. Por mais que Kaleb, William, Nicolay, Guilherme e Maria Eduarda estejam empregados e/ou recebendo bolsa, passam a habitar a informalidade quando lecionam através das plataformas de aula particular. Esta inserção parcial no trabalho informal me fez perceber que a condição empregatícia de parte dos sete docentes entrevistados não condiz com nenhum dos quatro tipos de trabalhadores informais apresentados por Antunes (2011). Neste momento, seria possível concluir que os entrevistados citados não são trabalhadores informais. Entretanto, o fato desses docentes não se enquadrarem em algum dos quatro tipos não significa eles não estejam trabalhando na informalidade. Afinal, o trabalho pelas plataformas é informal, pois não possui vínculo empregatício. O que podemos concluir a partir deste dado é que novas categorias de trabalhadores informais estão surgimento à medida que a uberização e o surgimento de plataformas avança. Torna-se, portanto, necessário atualizar as definições dos tipos de trabalhos informais para dar conta do que a realidade empírica nos apresenta.

Nesse sentido, o que já podemos concluir até então é que sim, os docentes entrevistados fazem parte do grupo geral de trabalhadores informais. Resta-nos agora saber se a introdução das plataformas de aula particular produziu maior informalidade e precariedade nas condições de trabalho destes docentes. Para isso, a análise das estruturas de funcionamento de cada plataforma é fundamental. Primeiramente, analisarei as conseqüências dos modos de funcionamento de cada plataforma específica. Depois, passarei a discutir as dinâmicas gerais que estão presentes em todas as plataformas que tive contato. Começemos pela análise específica da Profes e Getninjas.

No início desta terceira seção, já retomei como opera a estrutura de funcionamento da Profes e da Getninjas. Passemos direto à análise. O modo de funcionamento de ambas produz dois fenômenos que impactam nas condições de trabalho dos docentes que trabalham em plataformas de aula particular. O primeiro, que me parece o mais evidente, é a necessidade do professor comprar da Profes ou da Getninjas o direito de resposta para conseguir mandar mensagem para o estudante. Esta lógica obriga o docente a gastar dinheiro para poder realizar o seu trabalho. Isto, segundo William, não seria um problema se o professor tivesse a garantia de que, após o pagamento, fosse dar a aula. Entretanto, o funcionamento da plataforma não permite essa certeza. E aqui entra o segundo fenômeno. Como a solicitação de aula é enviada

para vários professores, a chance de, por exemplo, William ser o escolhido pelo aluno é muito baixa. Esta dinâmica estabelece uma concorrência entre os docentes que gastam seu direito de resposta para enviar uma mensagem ao aluno. Algo bastante similar a, como diz Nicolý, “um leilão, porque são vários professores que podem falar com aquele mesmo aluno”. Este formato leilão produz dois problemas: o docente precisa ficar sempre online, pois se demorar para responder pode acabar perdendo a oportunidade de fazer sua proposta ao aluno, e, principalmente, precisa negociar seu valor hora aula, pois, como diz Nicolý: “quem tiver o melhor preço, acaba ganhando”. Nesse sentido, a negociação do valor hora aula não ocorre apenas com o aluno, mas indiretamente também com todos os outros professores que ofereceram valores hora-aula mais baixos.

O acirramento extremo da competição entre professores produz situações de desvalorização profissional extrema, como a relatada por Nicolý:

Nicolý: “O que aconteceu algumas vezes é muito de uma desvalorização do teu trabalho, nesses (plataformas como Profes e Getninjas) que tu tem que negociar, as vezes é muito difícil tu conseguir o preço que tu pensou e decidiu que era o preço da tua aula, porque, não sei, a galera quer, sei lá, uma aula de engenharia por 20 reais a hora, umas coisas assim, acontece bastante isso. Justamente porque tem essa competição entre vários profissionais, então às vezes acaba sendo um pouco estranho”.

Quanto à Superprof: por possuir uma estrutura de funcionamento diferente das plataformas recém vistas, produz outros fenômenos. São três. O primeiro deles é a falta de transparência da plataforma quanto a mensalidade dos estudantes. Como vimos na seção 2.3, muitos alunos questionam a necessidade de pagar o valor hora-aula ao docente por acreditarem que a mensalidade que pagaram para a plataforma já era o valor da aula. Esta falta de transparência da plataforma produz um constrangimento na relação professor-aluno que, em alguns casos, pode fazer com que o professor não cobre a aula que acabou de lecionar. Algo que ocorre com Maria Eduarda:

Maria Eduarda: “Porque muitos alunos chegam e falam assim: “eu já paguei pra plataforma o teu valor de aula”. E eu falei “a plataforma não me repassa nada. Eu pago a plataforma também, então eu não recebi”. Aí fica chato pra mim, porque eu não cobro essa aula né, pessoa já pagou, não vou fazer ela pagar duas vezes assim, a mesma aula. Independente se eu não tenha recebido”

O segundo fenômeno que a estrutura de funcionamento da Superprof gera no docente é a necessidade de ficar pedindo para o aluno avaliá-lo na plataforma. Na seção 2.3, vimos, a partir da fala de William, como as avaliações são importantes para o docente subir de nível na plataforma e garantir maior visibilidade. A importância das avaliações faz com que o docente insista para o aluno avaliá-lo. Algo que muitas vezes acaba não ocorrendo. O principal motivo

é o descrito por Maria Eduarda na seção 2.3. É muito comum os alunos pagarem apenas uma mensalidade, escolher o professor que desejam e cancelar sua assinatura na plataforma. Entretanto, ao cancelarem, não conseguem mais realizar a avaliação do docente, que acaba perdendo a possibilidade de ser avaliado e, conseqüentemente, de ganhar mais visibilidade na plataforma.

O terceiro fenômeno gerado pela estrutura de funcionamento da Superprof é relativamente similar ao que ocorre na Profes e na Getninjas. Diz respeito ao valor hora aula. Na seção 2.3 (subitem 4), é possível perceber nos relatos de Camila, William, Maria Eduarda e Stephani que seus valores hora-aula na Superprof dependem de dois fatores: o nível em que estão (novato, recomendado, superprof ou embaixador) e quanto os professores estão cobrando em cada um dos níveis. Obviamente, os mecanismos de concorrência entre docentes na Superprof não são tão precarizadores quanto o “leilão” da Profes e da Getninjas. No entanto, o fato de, na Superprof, o valor hora aula de cada docente do Brasil inteiro estar visível para todos, seja professor seja aluno, acelera consideravelmente a regulação das médias dos preços. Esta regulação tende a reduzir a média do valor hora aula cobrada pelos docentes, na medida em que, tendencialmente, quanto menor o valor cobrado, mais alunos solicitam aula. Um exemplo dessa aceleração da regulação é o caso de Maria Eduarda, quando diz:

Maria Eduarda: “Então nesse sentido é muito produtivo, e também por ter essa coisa de eu poder ter um aluno sei lá do Rio Grande do Norte. Transpõe ali certas barreiras. Eu geralmente tenho aulas da região sudeste, porque lá é muito mais caro, e eu cobro uma aula mais barata. (...) então tem muitas coisas boas associadas”.

Obviamente, não está em jogo aqui se é correto ou não um docente baixar seu valor hora-aula para conseguir mais alunos. Não se trata de uma análise moral sobre o fenômeno, mas sistêmica. Nesse sentido, trago este trecho unicamente para exemplificar o que havia dito antes: sem as plataformas, dificilmente seria possível o valor hora-aula do sudeste ser regulado pelo valor hora-aula do sul, ou de qualquer outra região do país. Como a plataforma conecta o Brasil inteiro, é bastante razoável supor que com o tempo a média de valor hora aula de cada estado seja regulado pelo estado que possui a média do valor hora aula mais baixa. Este, portanto, é um exemplo de como a plataforma não só acelera, mas expande a possibilidade de regulação das médias dos valores hora-aula cobrados pelos professores que trabalham em plataformas de aula particular.

É neste momento que é necessário lembrar: de fato, nem tudo são flores, mas nem tudo são espinhos também. O surgimento das plataformas de aula particular gerou vantagens e

facilidades para os docentes. A fala de Kaleb resume perfeitamente quais são estas vantagens e facilidades apresentadas por alguns dos entrevistados:

Kaleb: “Mas eu vejo que é uma ferramenta benéfica pros profissionais né. Tanto pros profissionais quanto pra quem procura. Hoje é muito complexo assim. Eu me colocando no lugar de um aluno acho muito difícil você encontrar um profissional adequado. É muito difícil você sair na internet e colocar lá “professores e tal”. Então as plataformas em si, como ela é uma plataforma confiável, ela dá uma credibilidade pra quem tá procurando um profissional pra te prestar algum tipo de serviço. Além disso, ela é muito menos custosa pro aluno e também pro profissional, porque a maior parte dos profissionais ali trabalha de forma virtual, então não precisa de deslocamento. Isso aí reduz um custo pra ambos os lados. Isso de certa forma é uma vantagem”.

A partir deste relato, é possível perceber três vantagens/facilidades: as plataformas de aula particular facilitam e agilizam o encontro do professor com o aluno, algo que antigamente ocorria somente através de indicação por terceiros. Além disso, os mecanismos de recomendação, avaliação e níveis da Superprof, por exemplo, são vistos pelos “clientes-alunos” como medidores de credibilidade, algo que gera um conjunto enorme de problemas, já citados, mas, ao mesmo tempo, garantem ao aluno certa segurança no momento de contratar um profissional. A terceira vantagem/facilidade não diz respeito às plataformas em si, mas são estimulados por ela. Falo da aula virtual. Apesar de resultar em uma perda qualitativa do ensino, algo que os próprios entrevistados relatam, a aula virtual permite a economia de tempo e de dinheiro, tanto do aluno quanto do docente. Além disso, proporciona e estimula o contato de professores e alunos do Brasil inteiro, o que permite a expansão da rede de alunos do docente.

Outro ponto importante, mas que não está presente na fala de Kaleb, é o que foi dito por Stephani, quando perguntada sobre a chegada das plataformas de aula particular: “Excelente né, ainda mais porque, por exemplo, o professor não precisa pagar. Na verdade, quem paga pra usar a plataforma é o aluno”. Entretanto, aqui é preciso tomar cuidado. Muito dos elogios feitos às plataformas vieram de entrevistados que haviam usado apenas a Superprof. Refiro-me a Maria Eduarda, Kaleb e Stephani. E isto é mais um indício da importância de considerarmos as especificidades das estruturas de funcionamento de cada plataforma. Muito dos elogios feitos às plataformas no geral, como este feito por Stephani, na verdade dizem respeito apenas à Superprof. Nesse sentido, o que tenho percebido ao longo desta pesquisa é que existem estruturas de funcionamento das plataformas que precarizam mais o trabalho do que outras. O funcionamento da Profes e da Getninjas precarizam e muito as condições de trabalho docente, pela necessidade de comprar o direito de resposta, pelo

acirramento extremo da competição entre professores, pela desvalorização profissional que este “leilão” gera, enfim, pelos motivos já analisados algumas páginas acima.

Esta precarização extrema é percebida rapidamente pelos docentes entrevistados que ingressaram na Profes e na Getninjas. Tanto o é, que durante suas falas não levantaram nenhum ponto positivo a respeito destas plataformas, diferentemente do que ocorre com a Superprof. E não é à toa esta diferença. A Superprof de fato possui uma estrutura de funcionamento que precariza muito menos as condições de trabalho docente. Talvez por isso seja a que possui mais docentes cadastrados no Brasil. A seguinte fala de Guilherme sobre este ponto é muito ilustrativa:

Guilherme: “As que são (plataformas) efetivamente boas são poucas, bem poucas. Porque ou ela vai pecar demais para o aluno, ou vai pecar demais para o profissional. Tem que ser uma que seja o meio termo”. **E como tu vê a Superprof nisso?** “Eu acho que ela ta bem, ta bem encaminhada. Talvez ela pudesse baixar um pouco as taxas ai né, de quanto que ela cobra de aluno”.

Nesse sentido, é bastante nítido que a Superprof possui maior credibilidade para os docentes que entrevistei. Entretanto, isto não quer dizer que ela não precarize as condições de trabalho. Quando fiz as primeiras entrevistas, estava quase convencido de que a Superprof poderia ser um exemplo de uma plataforma que não precariza o trabalho docente. Se assim fosse, eu teria encontrado um exemplo empírico que de o terceiro caminho que propus de definição das categorias possuía respaldo na realidade prática, algo que era condizente com a hipótese desta pesquisa. Entretanto, à medida que as entrevistas foram ocorrendo, comecei a perceber que a dinâmica de funcionamento específica da Superprof também produz relações de precarização. Refiro-me às relações que já analisei a algumas páginas: os constrangimentos docentes ligados à falta de transparência da plataforma quanto a sua mensalidade, a necessidade das avaliações – difíceis de conseguir – para subir de nível, e, principalmente, a aceleração e a expansão da possibilidade de regulação das médias dos valores hora-aula cobrados pelos professores que trabalham em plataformas de aula particular.

Entretanto, é como foi dito: por mais que a Superprof possua estes problemas, ela de fato precariza menos o trabalho docente em relação à Profes e a Getninjas, já que não obriga o docente a pagar para trabalhar e não possui um mecanismo de competição entre professores tão extremo. Levando em consideração que existem plataformas de aula particular que precarizam menos o trabalho do que outras, é possível supor que bastaria uma plataforma resolver os problemas específicos de sua estrutura de funcionamento para que a precarização do trabalho docente fosse superada. Entretanto, a questão central aqui, e que vai finalmente responder à pergunta estruturante desse eixo, é a seguinte: além das estruturas de

funcionamento específicas, as plataformas de aula particular possuem estruturas de funcionamento gerais, que por si só já precarizam o trabalho docente. Refiro-me ao sistema de avaliações e ao gerenciamento algorítmico.

Quanto ao sistema de avaliações das plataformas: como já foi dito, este sistema é importante, já que garante ao aluno maior segurança no momento de contratar o profissional. Entretanto, o real problema não reside na avaliação em si, mas na importância que possui para a progressão do docente na plataforma. Na medida em que as avaliações impactam na sua visibilidade dentro do aplicativo, o docente passa a ter receio de não suprir as expectativas do seu aluno, pois ele pode deixar uma avaliação ruim na plataforma, ou mesmo nem avaliar. Algo inclusive sinalizado por Guilherme, quando disse:

Guilherme: “Porque aí tu tem um outro problema: se a pessoa te contratou pra dar aula, ela espera que tu seja bom professor, porque senão ela vai ficar “ba, gastei dinheiro com o cara e não aprendi merda nenhuma”. E aí? Que droga, isso ainda vai pegar mal, porque ela vai te fazer uma avaliação negativa na plataforma, ou não vai te recomendar e tu vai perder clientes”.

Este receio, muito estimulado pelo mecanismo de avaliações da plataforma, acaba produzindo entre professor e o aluno uma relação muito mais de prestação de um serviço do que uma relação pedagógico-educacional. Este ponto, entretanto, será mais discutido na seção 3.4. O trouxe apenas para refletir sobre os impactos do sistema de avaliações. Sistema este que, na verdade, é bastante possível de ser modificado, se ele não fosse um dos mecanismos fundamentais da principal dinâmica precarizadora do trabalho docente nas plataformas: o gerenciamento algorítmico. E aqui entramos no segundo elemento. Este gerenciamento, basicamente, se traduz em um conjunto de critérios pré-estabelecidos que vai de forma automática impulsionar numa plataforma as informações que estejam de acordo com estes critérios (CORMEN, LEISERSON, RIVEST, STEIN, 2009). Dentro das plataformas de aula particular, estes critérios nada mais são do que a quantidade de recomendações, avaliações, postagem de conteúdos e, no caso da Superprof, o nível que o docente possui. Quanto mais desses critérios o professor possuir, mais seu perfil será impulsionado na plataforma.

A partir deste gerenciamento algorítmico, as plataformas de aula particular instauram dentro deste universo da docência uma lógica de concorrência tipicamente neoliberal que antes não estava presente. E esta lógica por si só produz precarização do trabalho. Isto porque gera para o indivíduo a necessidade constante de entregar o que o algoritmo demanda (FIGUEIREDO, 2019). Algo que, somado à possibilidade do docente de acessar a plataforma desde qualquer lugar, faz com que o professor fique sempre disponível para ela. Esta disponibilidade produz a diluição das fronteiras entre o que é e o que não é trabalho. A

diluição destas fronteiras é bastante perceptível no relato de Guilherme – por mais que já tenha sido exposto no capítulo dois, faço questão transcrevê-lo novamente aqui.

Guilherme: “Na pandemia, eu trabalhava assim, muito com aulas, então era praticamente 24 horas por dia. Eu digo não toda hora dando aula, mas tinha que tá apostos. Geralmente eles me procuram dois dias antes da prova, um dia antes da prova, e é em horários bem variados né, por exemplo, chegava lá oito (horas) e o aluno queria ter aula às dez da noite. Então eu tive que me manejar ali pra tá a disposição né, porque eu fiquei ali com bastante dificuldade, porque eu tava só com a bolsa na pandemia, e eu precisava de dinheiro para pagar as contas né. Então eu tive que me agenciar ali pra conseguir dar a aula, Então na hora da pandemia, eu trabalhava assim no momento que me chamasse. Então assim, dava um intervalo de duas, três horas e muitas vezes eu iniciava uma aula, marcava uma aula pro dia seguinte. Tinha dias que eu dava assim cerca de... teve um dia que eu dei cinco aulas de duas horas, trabalhei 10 horas num dia. Então esse foi o período de assim, demanda, onde que eu mais trabalhei”.

Obviamente, este relato não representa a situação de todos os docentes que trabalham em plataformas de aula particular. Isto porque, como vimos anteriormente, a frequência no uso das plataformas pelo docente depende fundamentalmente do nível de estabilidade financeira adquirido em cada momento da vida. Entretanto, este relato de Guilherme é importante porque nos mostra o nível de precarização que pode chegar o trabalho docente quando a subsistência do professor depende em grande parte das plataformas de aula particular.

Além do aumento da jornada de trabalho, a lógica de concorrência neoliberal nas plataformas introduz outro elemento de precarização: a tendência de queda dos valores hora-aula. Vimos anteriormente como cada estrutura de funcionamento específico da Profes, Getninjas e Superprof produzia este fenômeno. Entretanto, o que deve ficar claro aqui é: as estruturas específicas que produzem a diminuição das médias de preço das aulas são manifestações específicas de uma lógica de funcionamento geral das plataformas: a de expandir as possibilidades de concorrência, de acelerá-la e, principalmente, de determinar os rumos dessa concorrência entre os docentes. De expandi-la porque a plataforma permite a conexão de docentes do país inteiro, o que produz uma tendência de homogeneização dos preços entre os estados, tendo como referência o estado que já possui o menor valor hora aula. De acelerá-la porque com a plataforma torna-se muito mais fácil, tanto para o aluno, quanto para o professor, saber quanto os docentes costumam cobrar por sua aula, o que acelera a tendência dos alunos de escolherem valores hora-aula mais baixos. E, por fim, de determinar os rumos da concorrência porque as plataformas podem a qualquer momento incluir um novo mecanismo, ou mesmo modificar sua estrutura de funcionamento, para acirrar a competição entre docentes e aumentar seu lucro. Nesse sentido, quanto mais o universo das aulas particulares estiver subsumido às plataformas, e quanto mais a falsa livre concorrência

capitalista produzir monopólios, mais condições sócio-materiais as plataformas de aula particular terão para impor suas prioridades. Supondo que a Superprof torne-se no futuro um grande monopólio deste universo, quem nos garante que ela não irá incluir a necessidade de comprar direitos de resposta para mandar mensagem para o aluno, como já o faz a Profes e a Getninjas?

Essa tendência de queda dos valores hora-aula dos docentes de aula particular é possível de ser percebida a partir da fala de Maria Eduarda: “eu lembro que sei lá, quando eu tava no colégio, que já faz muito tempo, to há 10 anos aqui, a aula particular presencial era 100 reais, ha 10 anos atrás”. O interessante de se observar aqui é que cem reais é um valor hora-aula considerado alto hoje em dia para os professores que entrevistei. Nesse sentido, o valor hora-aula cobrado pelos docentes diminuiu não só pelo valor em si, mas também pela perda do poder de compra nesses últimos dez anos (ESTADÃO, 2022).

A introdução da lógica neoliberal no universo das aulas particulares não gera apenas a precarização das condições de trabalho docentes, mas introduz neste universo a ideologia do empreendedorismo. O docente passa a ser um empreendedor de si mesmo que, ao promover sua imagem na plataforma, garante o capital humano suficiente para conseguir “clientes-alunos”. E aqui temos o ponto chave. Esta racionalidade neoliberal transfere toda a responsabilidade do fracasso ao empreendedor que, neste caso, é o docente. Afinal, se o professor ou professora não conseguiu alunos pela plataforma, foi porque não impulsionou o seu perfil o suficiente. Quanto a esta narrativa, as falas de William e Camila são muito interessantes. Na seção 2.3 (subitem 4), os dois entrevistados apresentam as suas percepções sobre as possibilidades reais de retorno financeiro com as plataformas de aula particular. William conta brevemente quais foram as suas estratégias para progredir na Superprof e conseguir alunos. À medida que progredia, foi compreendendo como a plataforma funcionava e quais eram as melhores estratégias. Ao final de sua fala, relata que quando finalmente entendeu de fato a dinâmica de funcionamento da Superprof, progrediu muito rápido na plataforma.

O que William desvendou, na verdade, foram os critérios que o gerenciamento algoritmo da Superprof pré-estabelece para impulsionar os perfis. A partir desta sua experiência prática, concluiu que basta o docente compreender estes critérios para obter o sucesso dentro das plataformas. E, de fato, a compreensão destes critérios é fundamental para qualquer indivíduo que deseja progredir em qualquer aplicativo que possua um gerenciamento algorítmico. Entretanto, é importante lembrarmos que a compreensão destes critérios, por si

só, passa longe de ser suficiente para a progressão de todos os docentes. Inclusive, caso fosse suficiente, a narrativa neoliberal do “tudo só depende de você” estaria fazendo jus a realidade empírica.

Na verdade, o que venho percebendo durante esta pesquisa é que, para além do entendimento da dinâmica da plataforma, existe um conjunto de fatores internos e externos ao algoritmo que impacta na progressão do docente. O caso de Camila é bastante elucidativo desta questão. Camila é uma socióloga, mas garante seu sustento dando aulas particulares de inglês. Baseado em sua formação, poderíamos nos perguntar: por que ela não leciona aulas particulares de sociologia? A resposta é bastante simples: porque aulas particulares de sociologia tendem a não ser tão requisitadas ao ponto de o docente conseguir garantir seu sustento (LOPES, 2021). Não à toa, Camila criou seu perfil na Profes e na Superprof em 2019 e lecionou sociologia para apenas um aluno até o momento.

Com este pequeno exemplo, já é possível demonstrar que existem outros fatores tão determinantes para a progressão na plataforma quanto compreender sua dinâmica de funcionamento, o que abala a tentativa de construção ideológica do sujeito docente-empREENDEDOR de si mesmo.

Bom, até então foi exposto e analisado quais os elementos específicos e gerais das estruturas de funcionamento das plataformas que precarizam o trabalho docente. Agora, resta ser discutido o que o surgimento das plataformas de aula particular representa para o contexto educacional brasileiro mais amplo.

3.4: reflexões dos entrevistados sobre plataformas e educação

Como demonstrado na seção 2.4, as reflexões dos entrevistados sobre as plataformas de aula particular foram tomando rumos diferentes à medida que a entrevista ocorria. Isso porque a cada pergunta novos elementos eram trazidos para o entrevistado tornar mais abrangente sua reflexão. No primeiro momento, as opiniões estavam mais relacionadas ao impacto da chegada das plataformas de aula particular na classe docente e na vida pessoal de cada um. De forma geral, os entrevistados consideraram esta chegada bastante positiva. Entretanto, quando pergunto sobre plataformas e educação (a partir da pergunta 5), vejo que a reflexão anterior torna-se mais abrangente, passando a levar em consideração o contexto educacional brasileiro mais geral, o que acredito ter produzido opiniões com teor mais crítico em relação às plataformas por parte de alguns entrevistados.

A existência de avaliações positivas de um lado junto com reflexões críticas de outro, poderia nos levar a concluir que as reflexões dos entrevistados são de certa forma difusas. Entretanto, não é disso que se trata. As opiniões são fundamentadas na contradição justamente porque o processo social em que esses docentes estão inseridos é extremamente contraditório. Afinal, é importante lembrar que o universo das aulas particulares e sua relação com o surgimento das plataformas de aula particular não existe de forma isolada. Como vimos no primeiro capítulo, este universo está inserido em um contexto mais geral: o sucateamento sistemático do ensino público básico para a implementação de uma reforma empresarial na educação brasileira. Esta reforma tem como objetivo instaurar na educação básica os mesmos mecanismos de concorrência neoliberal que foram inseridos nas plataformas de aula particular através do gerenciamento algorítmico. Mecanismos como sistemas quantitativos de avaliação, a dependência de uma boa avaliação para a escola receber verba, a produção de “vouchers” pelo estado para os pais escolherem em que colégio colocarão o filho, a privatização da gestão das escolas públicas, a expansão do ensino a distância e por aí vai (FREITAS, 2018).

Neste contexto, os chamados “tubarões da educação” (classe dominante na educação) influenciam econômica e politicamente o sucateamento para, em seguida, venderem falsas soluções, sendo uma das principais o ensino à distância (SAVIANI, 2020). Obviamente, na falta de alternativas reais para problemas artificialmente criados, as falsas soluções apresentadas pelos criadores do problema aparecem como uma espécie de bote furado, que não te salvará do afogamento, mas te deixará vivo por mais algum tempo.

E é neste cenário que as reflexões de parte dos docentes se mostram muito sofisticadas. Este trecho da fala de Kaleb resume perfeitamente o que está em jogo na contradição deste processo social que estamos vivendo:

Kaleb: “as plataformas, elas, como eu penso, eu penso que elas são uma ferramenta. Eu acho que, a gente pode usar as plataformas de educação, plataformas digitais de comunicação, como uma ferramenta, sem obvio, excluir a educação presencial. A educação presencial, a sala de aula, é primordial pra uma educação respaldada”.

As plataformas, neste caso de aula particular, são ferramentas úteis e importantes na medida em que garantem de forma mais imediata o sustento ou a complementação de renda de vários docentes no Brasil. Da mesma forma que o bote furado é uma ferramenta útil para adiar, mesmo que de forma breve, o nosso afogamento. Entretanto, tão importante quanto utilizar o bote furado para sobreviver por mais um tempo, é saber que ele não será a solução real para o afogamento, assim como as plataformas de educação não são uma solução real

para os problemas da educação básica pública, pois, como nos diz Kaleb: “A educação presencial, a sala de aula, é primordial pra uma educação respaldada”.

O interessante de observar é que não é apenas Kaleb que compartilha dessa visão. Parece existir um consenso por parte dos entrevistados sobre a necessidade do ensino presencial para o desenvolvimento humano e a conexão com os estudantes, principalmente quando refletem sobre as diferenças na relação aluno-professor dentro e fora da plataforma. É o caso do já mencionado Kaleb, é o caso de Camila e Guilherme, quando falam sobre a dificuldade de criação de vínculos pedagógicos pelo ambiente virtual, é o caso de Nicolý, quando argumenta que nas plataformas se sente muito mais uma prestadora de serviço do que uma professora, e é o caso de William, quando fala sobre os perigos da implementação do “homeschooling” de forma generalizada na educação básica. Inclusive, essa fala de William sobre o “homeschooling” é fundamental para uma análise sobre o que as plataformas de aula particular representam para a educação como um todo. Isto porque, além de saber que o bote furado não nos livra do afogamento, William sabe que quem produz este bote está querendo vendê-lo como a grande solução para os problemas da educação básica. Esta, inclusive, também é a percepção do professor e pedagogo Dermeval Saviani:

“De fato, prevê-se que o período pós-pandemia trará consigo pressões para a generalização da Educação a Distância como se fosse equivalente ao ensino presencial. Aprofunda-se, assim, a tendência à conversão da educação em mercadoria na esteira da privatização que implica, sempre, a busca da redução dos custos visando o aumento dos lucros” (SAVIANE, 2020, p. 6).

Nesse sentido, estou cada vez mais convencido de que o “homeschooling” é o grande bote furado, ou seja, a grande falsa solução que está sendo apresentada pelos “tubarões da educação”. E neste contexto, as plataformas de aula particular possuem influência considerável, pois, como diz William:

William: “Então, tem que cuidar com essas plataformas por causa disso. Porque dai os caras usam como argumento pra querer desmontar o ensino, pra dizer que ta uma bosta. Isso eu acho tri perigoso meu. Esse é meu problema. Da pra ti ganhar uma grana, da pra ti sobreviver, mas às vezes é próprio professor sacaneando professor. E isso pra mim é complicado”.

Portanto, se assumimos que atualmente a tendência do capital é direcionar seus esforços para o que William chamou de “desmonte do ensino” e a implementação do “homeschooling”, se faz importante compreender como a classe docente tem reagido a este processo. Entretanto, como o foco desta pesquisa é o universo das aulas particulares, fugiria dos meus objetivos analisar a reação da classe docente em todas as esferas educacionais. Nesse sentido, me restringirei aos docentes que lecionam aulas particulares. Ao longo das

entrevistas, fui percebendo que existem algumas estratégias de subversão à dinâmica das plataformas feitas por alguns docentes que entrevistei. Considero estas estratégias uma reação à plataformização, ou melhor, à uberização do trabalho docente no universo das aulas particulares. Por isso, farei algumas considerações sobre.

Antes do surgimento das plataformas de aula particular, o encontro entre o docente e o aluno se dava através de indicações. À medida que estas indicações aumentavam, o professor garantia uma rede de alunos, às vezes suficiente para suprir as demandas financeiras do momento. A criação de uma rede através de indicações é chamada por Guilherme de “o famoso boca a boca”:

Guilherme: “Então hoje em dia um aluno quer buscar um professor particular, não fala mais com um conhecido, ele geralmente vai pro google, até falam né, primeiro tentam falar “ahh tu conhece algum professor de aula particular bom?”. Daí tu tem o famoso “boca a boca”. Isso é muito bom alias, é o melhor cartão de visita, é melhor que qualquer plataforma. Mas, a segunda alternativa que eles fazem é ir pro google e jogar “ahh professor particular de tal matéria”, né, Daí eles vão encontrar o Superprof”.

Esta fala é bastante interessante para pensarmos o processo de subsumção real (MARX, 2013) do trabalho docente ao capital uberizado. Segundo Guilherme, o “boca boca” é o melhor cartão de visita, melhor do que qualquer plataforma. Isso significa dizer que até o momento uma indicação tem uma credibilidade social maior do que o sistema de avaliação da Superprof, por exemplo. Esta maior credibilidade permite com que o docente ainda possa se sustentar dando aulas particulares sem necessariamente depender das plataformas de aula particular. O caso empírico que sustenta essa minha afirmação é o de Camila. Apesar de já ter utilizado tanto a Profes quanto a Superprof, e já ter lecionado várias aulas através delas, hoje em dia Camila garante sua subsistência dando aulas particulares de inglês somente através de indicações que não vieram das plataformas. E aqui temos o ponto central: qualquer trabalho só se torna plenamente subsumido ao capital quando depende dele para ser realizado. No caso do universo das aulas particulares, ainda é possível, através do sistema “boca boca”, exercer o trabalho docente sem ter que estar presente nas plataformas de aula particular. É por este motivo que o sistema “boca boca” me parece ser a principal forma de resistência da classe docente no ramo das aulas particulares.

Além desta, há outras estratégias interessantes também, porém que são realizadas já dentro das plataformas. Uma delas é utilizar as plataformas para garantir uma rede inicial de alunos e, depois, manter esta rede por fora das plataformas. Foi o que Camila, por exemplo, fez com seu aluno de sociologia. O contato foi realizado através da Profes, que fica com uma

taxa do valor hora-aula estabelecido pelo docente. Após o primeiro contato, as outras aulas foram combinadas e pagas pelo WhatsApp.

Há também estratégias de subversão realizadas pelos estudantes, principalmente na Superprof. Eles encontram um professor na plataforma e, em vez de pagar a mensalidade, tentam contatar este professor por fora, no LinkedIn, nas redes sociais e por aí vai. Na seção 2.3 (subitem 3), Guilherme conta que muitos estudantes o contataram desta maneira. Apesar de não ser um movimento realizado pelo docente, considero uma estratégia de subversão, na medida em que os estudantes também estão procurando formas de ter aulas particulares sem depender do serviço oferecido pela plataforma.

Já que nos três últimos eixos foquei bastante em compreender como a estrutura estava prejudicando a agência docente, fiz questão de ressaltar como as agências cotidianas dos professores de aula particular está impedindo, ou pelo menos atrasando, o avanço da estrutura. Sei que apenas resistências cotidianas não transformam a realidade, é um dado histórico. Entretanto, são importantes de serem resgatadas para que o imobilismo não tome conta, algo fundamental para imaginação política revolucionária voltar a florescer.

CONCLUSÕES:

Quando Paulo Galo, líder dos entregadores antifascistas, diz: “a uberização vai chegar em você” (REVISTA FÓRUM, 2020), começo meu trabalho de investigação que deu origem à esta pesquisa. Nesse sentido, nada mais justo para uma conclusão desta trajetória nos perguntarmos: e aí, a uberização chegou no universo das aulas particulares? Com esta pergunta em mente, desenvolvi o primeiro capítulo, de investigação bibliográfica. O que encontrei no contexto educacional geral foi uma ação dupla do capital: de um lado, a precarização do ensino público básico e a flexibilização dos regimes de contrato docente. De outro, a introdução de plataformas para gerir a demanda do trabalho dos professores e professoras. Além disso, quanto ao universo das aulas particulares e o surgimento das plataformas de aula particular, me deparei com algumas pesquisas que tratavam do tema, apresentando tanto grandes avanços quanto grandes lacunas. Já dentro do campo teórico, encontrei um extenso debate sobre as categorias de “uberização”, “flexibilização” e “plataformização”. Meu problema de pesquisa residiu justamente entre duas lacunas, uma empírica e outra teórica: poucos dados para afirmarmos que conhecemos o perfil sócio-profissional e as condições de trabalho dos docentes que trabalham em plataformas de aula particular e a dificuldade na construção de categorias sócio-antropológicas que nos permitem compreender de forma mais sofisticada as transformações que o trabalho vem sofrendo.

No segundo capítulo, me dediquei a expor os dados coletados em campo. Produzi um roteiro com dez perguntas para a realização de entrevistas semi-estruturadas. Apesar das dificuldades de contatar os docentes, principalmente mulheres e idosos, como já relatado, realizei sete entrevistas com professores e professoras que trabalham em plataformas de aula particular: Kaleb, William, Guilherme, Nicolý, Stephani, Maria Eduarda e Camila.

No terceiro capítulo, me dediquei a analisar os dados coletados nestas sete entrevistas semi-estruturadas que realizei com os docentes. Meu objetivo com a coleta e análise das entrevistas foi justamente tentar preencher estas lacunas teóricas e empíricas apresentadas, da seguinte forma: analisar as condições de trabalho dos docentes que trabalham em plataformas de aula particular, contribuir para a identificação do perfil sócio-profissional destes professores e, ao mesmo tempo, apresentar um terceiro caminho de definição das categorias “flexibilização”, “uberização” e “plataformização”.

Na seção 3.1 do terceiro capítulo, realizei um exercício de comparação entre os perfis sócio-profissionais dos docentes que trabalham em plataformas de aula particular encontrados nesta pesquisa e nas de Lopes (2021) e Schaefer (2020). Encontrei alguns obstáculos, pelo fato das três pesquisas não usarem as mesmas variáveis. Das sete (idade, gênero/sexo, raça, renda, escolaridade, área de formação e região), apenas duas (gênero/sexo e escolaridade) estão presentes nas três pesquisas. Apesar disto, foi possível chegar a algumas conclusões quanto a gênero, escolaridade, renda e faixa etária do conjunto dos docentes entrevistados. Tendo como base Lopes (2021), Schaefer (2020) e os dados coletados e analisados neste trabalho, foi possível concluir que o perfil sócio-profissional dos docentes que trabalham em plataformas de aula particular é formado igualmente por homens e mulheres, majoritariamente graduados (as) e/ou pós-graduados (as), com uma média de salarial de 3 a 3,5 salários mínimos e que integram a faixa etária dos 20 e 40 anos.

Já nas seções 3.3 e 3.4 do terceiro capítulo, busquei compreender as condições de trabalho dos docentes que trabalham em plataformas de aula particular e, ao mesmo tempo, contribuir para o debate referente às categorias de “flexibilização”, “uberização” e “plataformização”. O trabalho empírico e o teórico estavam interligados, na medida em que a proposta do terceiro caminho de definição das categorias dependia de um respaldo na realidade empírica, que a análise das condições de trabalho dos docentes que trabalham em plataformas poderia oferecer. Caso o surgimento das plataformas de aula particular não tivesse produzido maior precarização das condições de trabalho dos docentes deste universo de ensino, seria possível afirmar que todo trabalho uberizado está plataformizado, mas nem todo trabalho que está plataformizado, é uberizado. Esta era a hipótese desta pesquisa. No entanto, tendo como base empírica as plataformas de aula particular que tive contato, esta hipótese se mostrou falsa. Analisando tanto as estruturas de funcionamento específicas quanto as estruturas gerais da Superprof, Profes e da Getninjas, pude perceber que a chegada destas plataformas no ramo das aulas particulares precarizou as condições de trabalho dos docentes desta esfera de ensino.

O que pude constatar é que as estruturas de funcionamento operam em dois planos: no geral e no específico. Ou seja, existe um conjunto de dinâmicas gerais que permeiam o funcionamento de todas as plataformas de aula particular que analisei (sistema de avaliação e gerenciamento algorítmico), e que se imbricam e se relacionam com o conjunto de dinâmicas específicas de cada plataforma. A existência destas dinâmicas gerais por si só já precarizam o trabalho. Entretanto, o que vai definir o nível de precarização de cada plataforma são as estruturas específicas de funcionamento, que podem produzir condições menos precárias,

como na Superprof, ou mais precárias, como na Profes e na Getninjas. De qualquer forma, nestas três plataformas é possível perceber a diminuição da média do valor hora-aula cobrado e a diluição das fronteiras entre o que é trabalho e o que é “não trabalho”, o que tende a produzir um aumento da jornada laboral.

Obviamente, estes resultados que acabei de apresentar se aplicam às estruturas de funcionamento da Superprof, Profes e Getninjas. Entretanto, podem servir como base ou como um guia para a análise do funcionamento de outras plataformas e seus impactos no contexto laboral em que estão inseridas.

Ainda sobre a hipótese: tanto no primeiro capítulo quanto na seção 3.4, constato que o surgimento das plataformas de aula particular está inserido em um contexto educacional mais amplo: o da precarização sistemática do ensino para a introdução de reformas empresariais dentro da educação básica. Neste cenário, fico me perguntando: caso tivéssemos descoberto uma plataforma de aula particular que não precarizasse as condições de trabalho dos docentes, até que ponto se poderia afirmar que ela não precariza se está inserida em um movimento geral de precarização e uberização? Não tenho a pretensão de responder essa pergunta, já que foge dos objetivos deste trabalho de conclusão. Entretanto, a coloco aqui nas considerações finais para que pesquisas futuras possam refletir sobre a seguinte questão: até que ponto a agência das empresas é capaz de ir na contramão dos movimentos estruturais do grande capital? Dentro do contexto de uberização, este questionamento é fundamental para conseguirmos compreender quais são as possibilidades de uma plataforma baseada no trabalho cooperativo, por exemplo, conseguir se desenvolver sem ser subsumida ao movimento estrutural de uberização em que estará inserida.

Nesse sentido, creio que as saídas de fato subversivas sejam aquelas que conseguem se apropriar do mais alto ponto daquilo que pretendem negar. E penso que as plataformas são o ponto alto daquilo que queremos negar: a uberização do trabalho. Afinal, como vimos, elas apresentam um conjunto de benefícios para os docentes que o sistema “boca boca”, por exemplo, não é capaz de proporcionar. Portanto, ao buscarmos soluções de pequeno e médio prazo à uberização, creio que a saída não seja abandonar as plataformas, mas sim pensarmos e construirmos uma estrutura de funcionamento fundamentada no trabalho cooperativo. Nesse sentido, torna-se fundamental para esta empreitada o desenvolvimento de agendas de pesquisa que foquem em compreender os limites e as potencialidades de agência de plataformas fundamentadas no trabalho cooperativo dentro de um contexto estrutural de precarização e uberização do trabalho.

A compreensão destes limites e potencialidades, bem como sua ampla divulgação, é imprescindível para que os trabalhadores uberizados e a sociedade como um todo possa gritar em alto e bom som o que o neoliberalismo há quarenta anos não quer que ninguém saiba: existe alternativa!

BIBLIOGRAFIA

ABÍLIO, L. C.; AMORIM, H.; GROHMANN, R. **Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas.** Sociologias, v. 23, n. 57, p. 26–56, ago. 2021.

ABÍLIO, L. **Plataformas digitais e uberização: a globalização de um Sul administrado?** Revista Contracampo, v. 39, n. 1, 17 abr. 2020.

ABÍLIO, L. C. **Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado.** Uberization: From entrepreneurship to subordinated self-management. PSICOPERSPECTIVAS. v. VOL. 18, n. No 3, p. 11, 15 nov. 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho.** Coimbra: CES/Almedina, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça **A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra.** O Social em Questão, vol. 18, núm. 34, 2015, Julho-, pp. 19-40, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil.

ANTUNES, R. **Rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

CORMEN, Thomas H.; LEISERSON, Charles E.; RIVEST, Ronald L.; STEIN, Clifford. **Introduction to algorithms.** 3ed. Cambridge: The MIT Press, 2009.

DEGRANGES, N. **Os algoritmos do empreendedorismo: A plataformização do trabalho de entregadores de iFood.** Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, v. 9, n. 2, 16 fev. 2021.

DESGRANGES, N. **Os algoritmos do empreendedorismo: A plataformização do trabalho de entregadores de iFood.** Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, v. 9, n. 2, 16 fev. 2021.

DUARTE, Fernanda. **Plataformização e trabalho algorítmico:** contribuições dos estudos de plataforma para o fenômeno da uberização. Revista Eptic, VOL. 22, Nº 1, p. 39-55, JAN.-ABR. 2020.

ESQUINAS, R. **Breque dos APPs:** entenda as reivindicações dos entregadores. Disponível em: <https://revistaesquinas.casperlibero.edu.br/cotidiano/o-que-e-invisivel/breque-dos-apps-entenda-as-reivindicacoes-dos-entregadores/>. 2020. Acesso em: 15 ago. 2022.

FARIAS, P. S. C. **A REFORMA QUE DEFORMA:** O NOVO ENSINO MÉDIO E A GEOGRAFIA. Revista Pensar Geografia, v. 1, p. 129–149, 1 dez. 2017.

FIGUEIREDO, C. **Algoritmos, subsunção do trabalho, vigilância e controle:** novas estratégias de precarização do trabalho e colonização do mundo da vida. Revista Eptic VOL. 21, Nº 1, JAN.-ABR. 2019.

FLICK, Uwe. **Introdução a metodologia de pesquisa:** um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FREITAS, Luis Carlos de. 2018. **A reforma empresarial da educação:** nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular. (pp. 87-102 e 113-124).

GROHMANN, R. **Plataformização do trabalho:** entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. Revista Eptic, VOL. 22, Nº 1, p. 106-122, JAN.-ABR. 2020.

Inflação: o que se conseguia comprar com R\$ 100 há 10 anos? Disponível em: <https://investidor.estadao.com.br/comportamento/o-que-se-conseguia-comprar-ha-10-anos/>. 2023. Acesso em: 21 jul. 2023.

JORDÃO, Ana Paula ; STAMPA, Inez Teresinha. **Precarização e informalidade no mundo do trabalho no Brasil.** VII Jornada Internacional Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. Agosto, 2015.

LOPES, R. **O REFORÇO ESCOLAR INFORMAL EM SOCIOLOGIA NA ECONOMIA GIG:** EXPLORATÓRIO SOBRE A INFLUÊNCIA NO VALOR DA HORA/AULA. v. 02, n. 02, p. 25, 2021.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução.** Insular: Florianópolis, 2017.

MARX, KARL. A chamada acumulação primitiva. MARX, Karl. **O Capital:** para a crítica da economia política. Livro I, volume II, RJ: Civilização Brasileira, 2013. p. 833-885.

MOCELIN, D. G.; RAIZER, L. **Ensino da sociologia no Rio Grande do Sul: histórico da disciplina, formação do professor e finalidade pedagógica.** Revista Brasileira de Sociologia - RBS, v. 2, n. 3, p. 101–128, 15 jun. 2014.

MOURA, L. R. DE; MENDES SEGUNDO, M. DAS D.; AQUINO, C. A. B. DE. **DO DOCENTE EFETIVO AO DOCENTE UBERIZADO: A PRECARIZAÇÃO CONTRATUAL DO PROFESSOR NO BRASIL.** Trabalho & Educação, v. 30, n. 3, p. 67–85, 3 fev. 2022.

Mulheres são maioria na docência e gestão da educação básica. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/dia-da-mulher-mulheres-sao-maioria-na-docencia-e-gestao-da-educacao-basica#:~:text=Do%20corpo%20docente%2C%20composto%20por%202023>. Acesso em: 11 jul. 2023.

NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2017.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, J. H. F. DE; DEL PINO, M. A. B.; ACCORSSI, A. **A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO AO SEU ENCALÇO: O FUTURO DA DOCÊNCIA NAS PLATAFORMAS DIGITAIS.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2356/version/2754>. Acesso em: 24 jul. 2022.

OLIVEIRA, Junia. **Salário de professores com nível superior é 30% menor que de profissionais com a mesma escolaridade.** ESTADO DE MINAS, 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/2019/07/01/internas_educacao,1066019/professores-recebem-menos-que-outros-profissionais-de-nivel-superior.shtml Acesso em: 12 jul. 2023.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. **Prefeitura tucana cria “Uber da educação”.** PSDB, 2017. Disponível em: Acesso em: 16 ago. 2020.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115–136, 2001.

SAVIANI, D. **Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação: o desmonte da educação nacional.** Revista Exitus, v. 10, 2020.

SCHAEFER, B. M. **Sentidos e representações do trabalho docente em sites de professores particulares: entre precarização e liberdade.** TCC, graduação, ciências sociais. Porto Alegre, 2020.

SEMESP 40 ANOS. **Mapa do Ensino Superior no Brasil – 2019.** Disponível em: https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Semesp_Mapa_2019_Web.pdf
Acesso em: 12 jul. 2023.

TRAMONTE, A.; TRAMONTE, M. A. **Prof-e.** Disponível em: <https://www.f6s.com/prof-e>. 2019. Acesso em: 22 jul. 2022.

UOL. **O cadeirante que entrega comidas por aplicativos na avenida Paulista.** Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/bbc/2020/02/18/o-cadeirante-que-entrega-comidas-por-aplicativos-na-avenida-paulista.htm> > 2020. Acesso em: 14 ago 2022.

VENCO, S. **Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre os docentes de São Paulo, Brasil?** Cadernos de Saúde Pública, v. 35, n. suppl 1, p. e00207317, 2019.

VIEIRA, M. V. S. **O USO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO PELAS PLATAFORMAS DE AULAS PARTICULARES VIRTUAIS.** XIV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, p. 15, 10 out. 2021.

WEISS, Henrique. **Quem é que vai correr por nós?** A luta por reconhecimento dos entregadores-ciclistas na sociedade da plataforma. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

XAVIER, G. **A reforma trabalhista completa 4 anos sem cumprir suas promessas.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/a-reforma-trabalhista-completa-4-anos-sem-cumprir-suas-promessas/>. Acesso em: 22 jul. 2022.